

EDITORA HUMANITAS

Presidente

Francis Henrik Aubert

Vice-Presidente

Mario Miguel González

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora

Sandra Margarida Nímiri

Vice-Diretor

Modesto Florentzano

PROJETOS PARALELOS - NUJRC/SP
(Núcleo USP)

Marli Quadros Leite - Leonor Lopes Favero - Maria Lúcia da Cunha V. de
Oliveira Andrade - Paulo de Tarso Galembeck - Hudmilson Urbano - Elisa
Guimarães - Diana Luz Pessoa de Barros - José Gaston Hilgert - Luiz
Antônio da Silva - Jahlida Lourenço de Almeida - Dino Preti

PROJETO DE ESTUDO DANORMA LINGÜÍSTICA
URBANA CUITA DE SÃO PAULO
(PROJETO NUJRC/SP - NÚCLEO USP)

Proibida a reprodução parcial ou integral desta obra
por qualquer meio eletrônico, mecânico, inclusive por
processo xerográfico, sem permissão expressa do
editor (Lei n. 9.610, de 19/02/98).

Comissão Editorial
Projeto NUJRC/SP - Núcleo USP FFLCH/USP
Área de Filologia e Língua Portuguesa
Cidade Universitária - Sala 4 - Letras
Caixa Postal 72042 - CEP 05508-900
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: 3091-4864
e-mail: nuc@edu.usp.br

HUMANITAS
Rua do Lago, 717 - Cid. Universitária
05508-080 - São Paulo - SP - Brasil
Tel.: 3091-2920 / Telefax: 3091-4593
e-mail: editorahumanitas@usp.br
<http://www.editorahumanitas.com.br>

Foi feito o depósito legal na Biblioteca Nacional (Lei n. 1.825, de 20/12/1907)
Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Maio 2011

VARIACÕES NA FALA E NA ESCRITA

Dino Preti (Org.)

HUMANITAS

2011

Copyright© 2011 dos autores

Série PROJETOS PARALELOS

- Vol. 1 ANÁLISE DE TEXTOS ORAIS
- Vol. 2 O DISCURSO ORAL CULTO
- Vol. 3 ESTUDOS DE LÍNGUA FALADA
- Vol. 4 FALA E ESCRITA EM QUESTÃO
- Vol. 5 INTERAÇÃO NA FALA E NA ESCRITA
- Vol. 6 LÉXICO NA LÍNGUA ORAL E NA ESCRITA
- Vol. 7 DIÁLOGOS NA FALA E NA ESCRITA
- Vol. 8 ORALIDADE EM DIFERENTES DISCURSOS
- Vol. 9 CORTESIA VERBAL
- Vol. 10 ORALIDADE EM TEXTOS ESCRITOS

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

V43 Variações na fala e na escrita / organizador Dino Preti. -- São Paulo :
Humanitas, 2011.
386 p. -- (Projetos Paralelos, 11)
Publicação do Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana da
cidade de São Paulo, (Projeto NUNO/USP - Núcleo USP)
ISBN 978-85-7792-161-2
1. Variação linguística. 2. Oralidade. 3. Linguagem popular. 4.
Escrita (Linguística). I. Preti, Dino. II. Série.
CDD 417

HUMANITAS

Editor Responsável

Prof. Dr. Francis Henrik Aubert

Coordenação Editorial

M^{rs}. Helena G. Rodrigues - MTB n. 28.840

Projeto Gráfica, Diagramação e Artefinal da capa

Wálgur da Silva - MTB n. 28.841

Projeto de Capa

Jocley Vieira de Souza

Revisão

Edimara Lisboa Aguiar

SUMÁRIO

Apresentação	7
Breve notícia sobre os autores	11
Normas para a transcrição	17
1. Variação Linguística: aspectos históricos <i>Marli Quadros Leite</i>	19
2. Variedades do português na gramática luso-brasileira <i>Leonor Lopes Fávoro</i>	79
3. Gênero social e norma linguística: estudo de formas de tratamento em cartas pessoais <i>Maria Lúcia da Cunha V. de Oliveira Andrade</i>	111
4. Os pronomes demonstrativos: história e uso no português falado culto do Brasil <i>Paulo de Tarso Galembeck</i>	133
5. Variantes linguísticas <i>Hudnison Urbano</i>	157
6. Variações da linguagem em função da relevância do <i>ethos</i> no discurso <i>Elisa Guimarães</i>	187

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Superposição, simultaneidade de vozes	[ligando as linhas	A. na [casa da sua irmã B. [sexta-feira? A. fizeram [lá... B. [cozinharam lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	" "	Pedro Lima... ah escreve na ocasião... "O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma barRElra entre nós " ...

OBSERVAÇÕES:

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc.).
2. Fáticos: *ah, éh, ahn, eh, uhn, tá* (não por está: *tá? você está brava?*).
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.
4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa).
6. Não se anota o *cadenciamento da frase*.
7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: *oh:.... (alongamento e pausa)*.
8. Não se utilizam sinais de *pausa*, típicos da língua escrita, como ponto-e-virgula, ponto final, dois-pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de *pausa*.

1. VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA: ASPECTOS HISTÓRICOS

Martti Quadros Leite

Os usos [da linguagem] de um povo são, muitas vezes, um fim (como as festas), ou um meio muito indelével. E como o objetivo da linguagem, que é se tornar inteligível, é de absoluta necessidade em qualquer sociedade humana, no estado em que as conhecemos, resulta daí que a existência de uma linguagem é própria de toda sociedade.

Saussure (Escritos, 200)

Considerações iniciais

A variação linguística é fenômeno reconhecido desde a Antiguidade Clássica. No domínio específico dos estudos gramaticais, lembramos que Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.) tratou de diferenças linguísticas devidas ao *uso*, dentro do escopo dos estudos gramaticais, e que, no campo da retórica, Marcos Fábio Quintiliano fez o mesmo. Muito depois, já no Renascimento, no âmbito dos estudos linguísticos portugueses, o registro da variação existe desde a primeira gramática, a *Gramática da linguagem portuguesa*, escrita em 1536 por Fernão de Oliveira, que teve suas considerações com base no *uso linguístico*. Ainda quanto à língua portuguesa, Jerônimo Contador de Argote, na segunda edição de suas *Regras da língua portuguesa espelho da lingua latina*, de 1725 [1ª edição de 1721], in-

cluiu um capítulo em que estudou pela primeira vez, sistematicamente, a variação *da* e *na* língua portuguesa. Foi com base nesse estudo que, no século XX, José Leite de Vasconcelos partiu para o estudo da dialetologia portuguesa e escreveu, em 1901, o *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, obra que orientou as pesquisas dessa área enquanto se praticou a dialetologia tradicional.

Neste estudo, faremos uma reflexão sobre o problema da variação linguística, comentando fatos históricos que pontuam o desenvolvimento das pesquisas nessa área. Assim, visamos a apresentar e, em certa medida, a discutir aspectos da formação histórica das ideias linguísticas a respeito do problema da variação linguística, partindo de fatos que marcaram esse tema no século XX.

Por essa razão, iniciamos nosso estudo pela citação de fatos que, na Europa do século XIX, originaram a dialetologia, a fim de recer considerações quanto aos fundamentos com base nos quais o conhecimento sobre a variação foi erguido. Falamos das primeiras pesquisas científicas sobre a variação regional das línguas, de seus métodos e da natureza de seus resultados, os *atlas linguísticos*. Em seguida, esboçamos um quadro que delinea o perfil desse tipo de pesquisa no Brasil, desde o primeiro quartel do século XX até hoje, quando ainda se desenvolve o projeto para a elaboração do *Atlas linguístico do Brasil*. Esse projeto hoje já se serve das modernas teorias linguísticas pós-saussurianas, como, por exemplo, da geografia linguística, da sociolinguística variacionista, do(s) funcionalismo(s), das diversas versões da teoria gerativa e de outras.

Depois, para fazer a passagem da fase dialetológica do tratamento da variação, discutimos algumas das ideias dos mais importantes linguistas do século XX, a começar por Saussure, para chegar a Labov e a Halliday. As ideias de Labov foram decisivas para o desenvolvimento teórico e metodológico das pesquisas sobre a variação linguística, isto é, pela criação da teoria/metodologia conhecida como *variacionismo*, ou *teoria variacionista*. Halliday, por sua vez, foi um dos difusores de uma das vertentes do funcionalismo, teoria que, combinada ou não com a teoria variacionista, é profícua no

Brasil. A respeito de ambas as teorias, tratamos de fazer um rápido esboço da produção científica que os pesquisadores brasileiros produziram explorando a variação linguística.

Finalizamos o texto comentando como o Projeto NURC/SP – Núcleo USP tem trabalhado ao longo dos últimos vinte e cinco anos, produzindo pesquisas representativas e que, direta ou indiretamente, tratam da variação linguística, ou de como é explicitamente o caso deste volume, da *variação na linguagem*.

Para realizar este estudo, levamos em consideração os pressupostos teóricos e metodológicos da historiografia linguística (Auroux, 2008).

1. A dialetologia estrangeira: breve percurso

Fora do domínio da gramática ou da retórica, os primeiros estudos a considerar o problema da variação linguística datam do século XIX e compõem o campo dos estudos linguísticos conhecidos como *dialetologia*. Esse tipo de trabalho era predominantemente de caráter geográfico, voltado para a investigação das variedades linguísticas, isto é, basearam-se nas similaridades e diferenças existentes em uma mesma língua, praticada em diferentes locais. Esses estudos, contudo, não relacionavam dados linguísticos e sociais, isto é, não eram socialmente orientados. Os pesquisadores que trabalhavam nessa linha eram denominados *dialetólogos* e estavam preocupados em organizar um quadro teórico que lhes permitisse analisar e descrever os dados colhidos. As pesquisas dialetológicas estavam especialmente voltadas ao âmbito de duas disciplinas: a fonética e a linguística histórica.

As primeiras pesquisas dialetológicas tiveram origem na Alemanha,¹ na segunda metade do século, depois de 1876, e se expan-

¹ Em 1821, Johann Andreas Schmeller publicou o *Die Mundarten Bayerns* (The Dialects of Bavaria), primeira obra que tratou de uma área dialetal da língua germânica, na qual havia um pequeno atlas em que se classificavam os dialetos da Bavária.

diram pela Grã-Bretanha, de onde saíram os estudos pioneiros de A. J. Ellis (1889), *On early English pronunciation*, e de J. Wright (1905), *The English dialect grammar*, e *English dialect dictionary* (1888-1905). Dentre os estudiosos alemães dessa área, podemos citar George Wenker, que compilou e descreveu os dados dos dialetos germânicos. Esse pesquisador escreveu dois volumes de *Sprachatlas des Deutschen*, em 1881, mas sua obra principal ficou inacabada, só tendo sido publicada mais tarde, em 1870, em co-edição com Ferdinand Wrede, trabalho que constituiu o primeiro atlas dialetológico.

Esse projeto pioneiro, contudo, rendeu poucos e tardios frutos. Embora os autores estivessem comprometidos com a coleta de dados reais, a metodologia que empregaram foi ineficaz. Os dados foram coletados indiretamente por meio de questionários, enviados por via postal às regiões rurais selecionadas para a pesquisa (inicialmente nos arredores de Dusseldorf e, depois, por todo o império germânico europeu). Os questionários, acompanhados de instruções sobre o preenchimento dos formulários, eram endereçados aos professores das escolas. Aproximadamente, quarenta frases teriam de ser “traduzidas” do alemão padrão para os dialetos rurais. Para o registro da pronúncia, a orientação era a de que a ortografia padrão deveria ser empregada do melhor modo que representasse a pronúncia ouvida. Esse método falhou, porque a diversidade de transcrições foi enorme e era impossível homogeneizar os resultados; além disso, a quantidade recebida de questionários ultrapassou o limite do que a equipe tinha condições de analisar para sintetizar os dados: foram cinquenta e dois mil questionários. A equipe de dialetólogos passou a atuar na Universidade de Marburg, onde se iniciou o trabalho de interpretar os questionários. Depois disso, os primeiros resultados da pesquisa puderam ser apresentados, tardiamente, em 1926, quando o organizador do atlas já havia falecido. A publicação dos resultados continuou de modo irregular até que, em 1956, portanto oitenta anos depois do início, o projeto foi abandonado.

Em outro espaço, na França, desde 1897, um projeto de coleta de dados para a organização de um atlas havia sido iniciado. O dialetólogo Jules Gilléron aceitou a incumbência de reunir dados sobre os dialetos rurais franceses, porque se julgava na época que a difusão do dialeto padrão de Paris “enfraquecia” os dialetos regionais. O pesquisador treinou um colaborador, dialetólogo amador, Edmond Edmont, para realizar, diretamente, a pesquisa de campo. Durante quinze anos, foram colhidos dados de seiscentos e oitenta e três localidades dos territórios francês e còrsico. Embora Edmond entrevistasse apenas dois informantes em cada localidade, em geral homens de pouca escolaridade, o questionário era muito minucioso: ao todo eram mil e novecentos itens. Depois de preenchidos, os questionários eram remetidos, pelos correios, a Gilléron, que, paulatinamente, analisava e sintetizava os dados. Mesmo assim, os resultados demoraram muito a vir à luz, pois somente começaram a surgir entre 1902 e 1910, quando foi, finalmente publicado o *Atlas linguistique de la France*, por Gilléron e Edmond (Paris, Champion).²

Outros atlas linguísticos foram elaborados, dentre os quais podem ser citados o de Karl Jaberg e Jakob Jud (1928-1940), dois ex-alunos de Gilléron, que fizeram o atlas da área de fala italiana da Europa, publicado na Alemanha com o título *Sprach und Sachatlas Italiens und der Südschweiz*. Na Inglaterra, em 1978, foi publicado o *Linguistic atlas of England*, por Harold Orton. Na Escócia, em 1975, apareceu o *Linguistic atlas of Scotland*, de autoria de James Mather e Hans-Heinng Speitel. Nos Estados Unidos, várias tentativas começaram a ser feitas desde 1931, dentre as quais a que fez aparecer o *Linguistic atlas of New England*, de H. Kurath et al.

Um viés histórico geral conduziu tais estudos, já que os dialetólogos estiveram mais interessados em estudar as formas medievais presentes nas línguas, percebidas isoladamente, do que nos padrões contemporâneos de uma dada língua. Além disso, a descri-

² Essa obra poder ser lida pela versão eletrônica, online ou em formato pdf, no endereço: <http://www.archive.org/stream/atlaslinguisticu01gilluoft#page/n7/mode/2up>.

ção da língua corrente em uso não era possível, porque ainda não havia uma teoria adequada para o trabalho, especialmente no campo de maior interesse, a fonologia.

No campo da dialetologia (urbana) estrangeira recente, a novidade da primeira década do século XXI foi a publicação do atlas linguístico do inglês americano, em 2006, por W. Labov, S. Ash and C. Boberg, intitulado *The Atlas of North American English: Phonetics, phonology and sound change* (Berlin: Mouton/de Gruyter).

Depois desse panorama sobre o surgimento da dialetologia, especialmente na Europa, veremos como esse campo se desenvolveu no Brasil. Retomaremos adiante a contribuição americana.

2. A dialetologia no Brasil: os atlas linguísticos

Também com o objetivo de investigar a *diversidade linguística*, no Brasil, já na década de 20 do século XX surgiu um primeiro estudo dialetológico: o *Dialeto caipira* (1920), de Amadeu Amaral, que não foi uma obra elaborada por um acadêmico, mas por uma autodidata que, sem fontes científicas, foi capaz de organizar uma pesquisa que orientou metodologicamente os estudos científicos que o sucederam, além, é claro, de ter permitido que se conhecesse “o falar errado do caipira” que alimentava a literatura de então.³ Depois, veio Antenor Nascentes com *O linguajar carioca* (1922), que, com base em fontes científicas fidedignas, analisa características fonéticas, morfológicas, sintáticas e léxicas do falar carioca, considerando por ele “um subfalar da fala fluminense”. Foi Antenor Nascentes, depois de passado em revista a situação dialetológica do Brasil e até proposto uma classificação dos falares regionais do Brasil, que apresentou o primeiro projeto para a elaboração de um mapa dialetal

do Brasil, em um documento, redigido em dois volumes, intitulado *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil* (1958-1961). Nessa obra, Nascentes ofereceu a diretriz metodológica para o desenvolvimento da pesquisa dialetológica que tomou curso a partir de então.

Depois desse impulso, em 1960, o professor baiano Nelson Rossi organizou uma equipe de pesquisadores que realizou e publicou, em 1963, o primeiro trabalho na área, o *Atlas prévio dos falares baianos*, o APFB, como é conhecido e referido. O objetivo de Rossi era o de mapear, segundo a classificação de Antenor Nascentes, a área dos falares baianos, que compreende os Estados da Bahia, Sergipe, norte de Minas, leste de Goiás e do atual Tocantins. A equipe coletou dados em cinquenta pontos distribuídos em dezesseis dessas zonas. O trabalho desenvolveu-se a partir da aplicação de um *extrato de questionário*, composto de, aproximadamente, cento e oitenta questões, que cobriam os seguintes temas: terra, vegetais, homem e animais. Foram consultados cem informantes, dentre os quais cinquenta e sete mulheres e quarenta e três homens, analfabetos ou semi-analfabetos, de faixa etária de vinte e cinco a sessenta anos.

Quatorze anos depois de publicado o primeiro atlas brasileiro, apareceu o *Esbogo de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (EALMG), em 1977.⁴ Foram seus autores os professores Mário Roberto Lobuglio Zágari, José Ribeiro, José Passio e Antônio Gaió. Nesse segundo trabalho, os autores já puderam se servir dos conhecimentos da Sociolinguística americana, cujo expoente é William Labov. Foram, portanto, mesclados conhecimentos dessa área com os da Geografia Linguística, o que possibilitou ter sido a escolha dos informantes mais aberta, isto é, não limitada a habitantes dos lugares mais conservadores das áreas rurais. O mapa revela a existência

³ Antenor Nascentes, em *O linguajar carioca*, faz a seguinte dedicatória: “A Amadeu Amaral, que, no Dialeto Caipira mostrou a verdadeira diretriz dos estudos dialetológicos no Brasil.”

⁴ As referências sobre os atlas linguísticos brasileiros foram colhidas principalmente no site do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, cujo endereço é <http://www.ici.ufba.br/twiki/bin/view/Alib/AtlasNacionais>.

de três tipos de falares, denominados pelas proximidades geográficas com outros territórios: o falar baiano ao norte, o falar paulista no sudeste e o falar mineiro no centro-leste.

Sete anos depois, na Paraíba, surge o terceiro atlas brasileiro, o *Atlas Linguístico da Paraíba* (ALPB), publicado em 1984. O trabalho foi coordenado por Maria do Socorro Aragão, da Universidade Federal da Paraíba. A equipe percorreu vinte e cinco municípios-base e, para confirmação dos dados, visitou mais três municípios-satélites de cada um dos vinte e cinco primeiros, mas esses últimos não constam das cartas. O questionário aplicado era formado por duas partes: uma geral com duzentas e oitenta e nove questões, e que envolvia os seguintes temas: a terra, o homem, a família, a habitação, os utensílios domésticos, os animais, os vegetais e as atividades sociais. A parte específica foi composta de quinhentas e oitenta e oito questões e versou sobre os cinco principais produtos agrícolas da Paraíba: abacaxi, algodão, cana-de-açúcar e mandioca.

Pouco tempo depois, em 1987, apareceu o *Atlas Linguístico de Sergipe* (ALS). Este atlas é continuação do trabalho da equipe da Universidade Federal da Bahia, coordenada por Nelson Rossi. Os pesquisadores aprimoraram a metodologia da pesquisa e elaboraram um questionário constituído de seiscentas e oitenta e seis questões, dentre as quais apenas cento e oitenta e uma haviam integrado o questionário aplicado aos informantes do *Atlas prévio dos falares baianos* (APFB). As quinhentas e cinco restantes foram originárias de versões preliminares do questionário que tinham sido marginalizadas na época. Os temas dos questionários foram os mesmos do APLB (terra, vegetais, homem e animais), e o perfil dos informantes, também (trinta homens e mulheres de idade entre trinta e cinco e cinquenta e três anos). Os pesquisadores percorreram quinze localidades, dentre as quais sete eram coincidentes com as da proposta de Nascentes. Os autores do Atlas foram Nelson Rossi, Carlota Ferreira, Judith Freitas, Nadja Andrade, Suzana Cardoso, Vera Rollemberg e Jacyra Mota.

O *Atlas Linguístico do Paraná* (ALPR), de 1990, teve como origem a tese de doutorado de Vanderci de Andrade Aguilera. O objetivo da autora foi documentar cartograficamente a variação lexical e a variação fonética, além de estabelecer a delimitação de isoglossas, organizar um glossário pertencente ao vocabulário de falantes da norma rural do Estado. O questionário usado para o trabalho era constituído de trezentas e vinte e cinco questões, sobre os temas terra e homem. A autora trabalhou em sessenta e cinco localidades que recobriam a área das microrregiões do Paraná. Os informantes, analfabetos e semi-analfabetos, tinham entre vinte e sete e sessenta e dois anos.

O sexto atlas publicado no Brasil não se restringiu a um estado, mas abrangeu uma região. Esse é o *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS), publicado em 2002. O trabalho, coordenado por Walter Koch, é mais abrangente que os anteriores, por dois motivos principais: primeiro, porque não se restringe a aspectos fonológicos e lexicais dos falares de cada região, mas abrange, também, além dos linguísticos, aspectos culturais dos três Estados que integram a região Sul do país; depois, porque não se restringe a áreas rurais. Bem mais amplo, a quantidade de localidades pesquisadas (duzentas e noventa e quatro) é assim distribuída: cento e seis no Paraná, oitenta e seis em Santa Catarina e cento e duas no Rio Grande do Sul. Os questionários, também muito mais modernos que os anteriores citados, contam com setecentas e onze questões, distribuídas em três áreas linguísticas: fonético-fonológica (vinte e quatro questões), morfossintaxe (setenta e cinco questões) e semântico-lexical (seiscentas e dez questões). Dentre as de primeiro tipo, havia vinte e quatro questões preparadas para os informantes “de colonização não lusa”. Os informantes, de idade entre vinte e oito e cinquenta e oito anos, eram de baixa escolaridade.⁵

Também de 2002, mas publicado em 2005, é o *Atlas Linguístico de Sergipe II* (ALS II), preparado por Suzana Alice Marcelino Cardo-

⁵ Cf. http://www.alers.ufsc.br/projeto_alers.htm.

so, da Universidade Federal da Bahia, e que foi desenvolvido como tese de doutoramento, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Constitui esse uma continuação do *Atlas Linguístico de Sertipe* (ALS), e a autora utiliza o *corpus* não explorado no primeiro volume. O atlas é constituído de cento e oito cartas e, diferentemente de outros mais antigos, traz alguns comentários interpretativos dos dados.

O *Atlas Linguístico do Amazonas*,⁶ resultou de um trabalho individual, uma tese de doutorado, defendida em 2004,⁷ por Maria Luisa Carvalho Cruz-Cardoso, professora na Universidade Federal do Amazonas. A tese baseia-se tanto na Geografia Linguística quanto na Sociolinguística Variacionista, e, metodologicamente, cruza variáveis de gênero e faixa etária. Os trinta e seis informantes ouvidos têm instrução básica, no máximo até a quarta série do Ensino Fundamental e são originários dos municípios localizados em nove microrregiões: Barcelos (microrregião do Alto Rio Negro), Tefé (microrregião do Jutai-Solimões-Juruá), Benjamin Constant (microrregião do Alto Solimões), Eirunepé (microrregião do Juruá), Lábrea (microrregião do Purus), Humaitá (microrregião do Madeira), Manacapuru (microrregião do Rio Negro - Solimões), Itacoatiara (microrregião Médio Amazonas) e Parintins (microrregião do Baixo Amazonas).

No Pará, foi publicado em 2004 o *Atlas Linguístico sonoro* (ALISPA), cujo projeto foi coordenado pelo professor Abdelhak Razky. Nessa parte do atlas, que integra o projeto *Atlas linguístico do Pará*, estudaram-se características fonético-fonológicas da fala urbana de dez cidades paraenses.

Em 2007, foi publicado o *Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul*, de autoria de Decir Pedro de Oliveira. O autor expandiu sua pesquisa em trinta e duas localidades, compreendidas nos municípios de Três Lagoas, Corumbá, Aquidauana, Dourados e Campo Gran-

de. Em cada espaço, o pesquisador trabalhou com quatro informantes, sendo dois homens e duas mulheres, de grau de instrução elementar. O questionário era constituído de quinhentas e cinquenta e sete perguntas, relativas a temas como, acidentes geográficos, flora, fauna, tempo, fenômenos atmosféricos, corpo humano, funções do corpo humano, doenças comuns, características físicas, ciclos da vida, religião, dentre outras. A pesquisa recaiu sobre aspectos fonéticos, morfossintáticos e semântico-lexicais.

O *Atlas Linguístico do Ceará*, coordenado por José Rogério Fontenele Bessa, foi publicado em 2010. A pesquisa se estendeu por sessenta e sete municípios, mas excluiu Fortaleza, porque, como explicam os pesquisadores, a linguagem praticada na capital é heterogênea e não representa o falar cearense. As microrregiões em que a pesquisa foi realizada foram as de Sobral, Cariri ou Baixo Jaguaribe, consideradas, sob o ponto de vista linguístico, as mais homogêneas do Estado.

Há, no momento, nove atlas em andamento no Brasil, dentre os quais o *Atlas Linguístico do Brasil*. O projeto está sendo conduzido, principalmente, pela equipe de pesquisadores da Universidade Federal da Bahia, dirigida por Suzana Alice Marcelino Cardoso, mas é um projeto de caráter nacional, por isso há um comitê composto de pesquisadores de outras cinco universidades brasileiras. Envolvidas no desenvolvimento do projeto há mais seis universidades. A orientação teórica do trabalho é proveniente dos princípios da Geolinguística moderna, o que quer dizer que além das variações geográficas, a equipe está atenta, também, às sociais. O objetivo geral do grupo de pesquisadores é descrever a língua portuguesa do Brasil a partir de seus aspectos fônicos, morfossintáticos e léxicos semânticos.⁸

Os outros oito atlas que estão em andamento são:

⁶ Ainda não publicado.

⁷ Até o momento, essa tese não foi publicada.

⁸ Informações disponíveis no site www.alib.ufba.br.

1. O Projeto *Atlas Linguístico do Acre*, coordenado por Luiza Galvão Lessa;
2. O Projeto *Atlas Linguístico do Maranhão*, coordenado pela professora Conceição de Maria de Araújo Ramos e pelo professor José de Ribamar Mendes Bezerra;
3. O Projeto *Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte*;
4. O Projeto *Atlas Linguístico de Mato Grosso*, em andamento, por uma equipe constituída por José Leonildo Lima et al.;
5. O *Atlas Linguístico do Estado de São Paulo*, projetado por Pedro Caruso;
6. O *Atlas Emolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro*, antes conduzido por Celso Cunha, tem, hoje, a coordenação de Sílvia Figueiredo Brandão;
7. O *Atlas Geo-sociolinguístico do Pará*, coordenado por Abdelhak Razky;
8. O Projeto *Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul*, projeto original de Albana Xavier Nogueira, hoje coordenado por Pedro Dercir Oliveira.

Os atlas linguísticos, embora já fundamentados em princípios da geolinguística moderna, pela consideração de fatores sociais que condicionam os linguísticos, apresentam, como resultados, estudos linguísticos (fonético-fonológicos, morfossintáticos e semânticos) pontuais e isolados. Por essa razão, entende-se que a informação

sobre a variação linguística advinda desse campo do conhecimento não interpreta o *funcionamento* da língua, que é, enfim, o objetivo de todo estudo sobre a linguagem. Esse fato, talvez, seja um dos motivos do número limitado de pesquisadores envolvidos com essa linha de pesquisa no Brasil.

3. O surgimento da Linguística e o problema da variação

Sabendo ser o *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand Saussure, o marco fundador da Linguística como ciência, é imprescindível examiná-lo para podermos extrair de lá ideias que possam ser usadas como ponto de partida para a discussão do problema da variação linguística.

Saussure, como comparatista que foi, preocupou-se, evidentemente, com o problema da *mudança linguística*, mas percebeu também que a língua podia ser analisada sob outro ponto de vista, o de sua condição estática em um dado tempo. Assim, esses dois pontos de vista configuraram a conhecida dicotomia *sincronia* vs. *diacronia*, que, tal como formulada, constituiu uma das grandes contribuições do linguista genebrino. A sincronia é o estudo da língua em dado tempo, a partir de suas características fonológicas, morfológicas e sintáticas que formam o sistema. A diacronia é o estudo dos diversos estágios da língua na linha do tempo.⁹ Essa concepção levou Saussure a falar de *mudança linguística*. O linguista, contudo, não fez uma passagem pelo conceito de *variação*, como mostraremos a seguir.

Como se pode observar, o conceito de língua de Saussure não lhe permitiria mesmo considerar a variação linguística, já que para ele a prerrogativa primeira para a constituição da língua, do siste-

⁹ Muitos estudiosos objetaram o caráter estranho e atomístico de pesquisas baseadas nos conceitos de sincronia e diacronia pelo qual alguns linguistas passaram a fazer a análise da língua. No *Curso*, Saussure não prega a separação das duas posições, ao contrário, fala da necessidade do estudo da língua sob ambos os ângulos.

ma, era a homogeneidade. A heterogeneidade seria inerente apenas à linguagem. Isso fica claro no seguinte trecho:

3º Enquanto a linguagem é heterogênea, a *lingua* assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas.¹⁰ (1985, p. 23) (Grifos nossos)

A constituição do sistema é possível, segundo o linguista, exatamente porque existe estabilidade, os elementos têm determinado valor. O fato de os elementos do sistema terem realização instável é considerado na teoria, mas não o é como um fato natural e próprio da língua. A instabilidade é referida em alguns momentos como “erros”, como se pode conferir por meio da metáfora da sinfonia a seguir apresentada:

Consideremos, por exemplo, a produção dos sons necessários à fala: os órgãos vocais são tão exteriores à língua como os aparelhos elétricos que servem para transcrever o alfabeto Morse são estranhos a esse alfabeto; e a *fonação*, vale dizer, a *execução das imagens acústicas*, em nada afeta o sistema em si. Sob esse aspecto, *pode-se comparar a língua a uma sinfonia, cuja realidade independe da maneira por que é executada; os erros que podem cometer os músicos que a executam não comprometem em nada tal realidade.* (1985, p. 26) (Grifos nossos)

¹⁰ Saussure (2004, p. 42) propõe que a interpretação do signo como uma entidade de dupla composição seja substituída por uma de quádrupla.

Já aqui é observável que o fenômeno da variação não é importante para Saussure, pois o que interessa é o próprio sistema, os fatos de sua realização são tão irrelevantes que, se diferentes, são considerados como “erros”. A continuidade desse raciocínio revela que a variação foi, sim, percebida, mas não considerada como um fenômeno inerente à língua, como se pode conferir abaixo:

A essa separação da fonação e da língua se oporão, talvez, as transformações fonéticas, as alterações de sons que se produzem na fala, e que exercem influência tão profunda nos destinos da própria língua. *Teremos de fato, o direito de pretender que esta exista independentemente de tais fenômenos? Sim, pois eles não atingem mais que a substância material das palavras. Se atacam a língua enquanto sistema de signos, fazem-no apenas indiretamente, pela mudança de interpretação que daí resulta; ora, esse fenômeno nada tem de fonético.* (id.) (Grifos nossos)

Aos olhos de hoje, esse trecho é quase incompreensível, porque estamos já habituados a considerar os fatos de realização como fenômenos de variação. Vemos que Saussure enxerga a variação (descrita como transformações fonéticas que não alteram o sistema), mas a renega para a instância da língua (não para a linguagem). Primeiro, afirma que há alterações na “substância material das palavras”, depois, refere-se a essas diferenças como algo que “ataca” a língua, mas não atinge o sistema. Como o autor explica em outro trecho do livro (p. 100), esses fatos são assim entendidos porque, segundo a teoria, o sistema nunca é alterado diretamente por fenômenos como esse. “O sistema”, diz Saussure, “nunca se modifica diretamente; em si mesmo é imutável; apenas alguns elementos são alterados sem atenção à solidariedade que os liga ao todo”. O que nós poderíamos entender, equivocadamente, por mudança de sistema é, diferentemente, como explica o linguista, a criação de um novo sistema. Assim, um caso de alteração do plural pela modifica-

ção de um dos termos, por exemplo, da forma do plural *feet*, do inglês, antes, teoricamente **fôti*, em oposição ao singular *fôt*, depois, numa primeira transformação por metáfora **fc̄ti* e, por fim, numa segunda, com a queda do -i final, *fc̄t*, houve a formação de outro sistema em que o par singular/plural passou a ser *foot-feet*.

É possível, então, encontrar, no *Curso*, uma explicação para a ausência da consideração da variação? Pelo que se pode depreender, ocorrências como aquelas, consideradas como “erros de realização da sinfonia”, não são pertinentes à Linguística propriamente dita. Saussure deixa isso explicado com clareza quando fala da “Linguística externa” e da “Linguística interna”. À primeira são relativos os fatos que não dizem respeito direta e estritamente ao sistema; à segunda, tudo o que lhe compete, o que é significativo ao sistema. Apelando para a metáfora do jogo de xadrez, o autor diz:

A *Linguística externa* pode acumular pormenor sobre pormenor sem se sentir apertada no tomiquete dum sistema. (...)

No que concerne à *Linguística interna*, as coisas se passam de modo diferente: ela não admite uma disposição qualquer; a língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria. Uma comparação com o jogo de xadrez fará compreendê-lo melhor. Nesse jogo, é relativamente fácil distinguir o externo do interno; o fato de ter passado da Pérsia para a Europa é de ordem externa; interno, ao contrário, é tudo quanto concerne ao sistema às regras. *Se eu substituir as peças de madeira por peças de marfim, a troca será indiferente para o sistema; mas se eu reduzir ou aumentar o número de peças de madeira por peças, essa mudança atingirá profundamente a gramática do jogo.* Não é menos verdade que certa atenção se faz necessária para estabelecer distinções dessa espécie. Assim, em cada caso, formular-se-á a questão da natureza do fenômeno, e para resolvê-la, observar-se-á esta regra: *é interno tudo quanto provoca mudança do sistema em qualquer grau.* (1985, p. 31)

A variação, como se pode deduzir, fica representada pela troca da materialidade das peças que, não obstante, continuam com o mesmo valor. Tal situação, pois, não é da alçada da Linguística interna, e, então, não é, mesmo, objeto de estudo do *Curso*, embora a *mudança* o seja. Mesmo assim, não é fácil entender, pela lição de Saussure, como a língua passa de um estágio a outro, e como a mudança é produzida, já que não há a consideração da língua em funcionamento em uma comunidade de fala. Como o estudo de Weinreich, Labov e Herzog (1968) deixa claro, muitas outras razões podem ser arroladas para explicar por que a teoria saussuriana não dá conta da explicação da mudança linguística, nem considera a variação; essa, se fosse reconhecida, seria uma das etapas até a mudança.

Disso tudo se conclui que o *Curso*, embora não haja tratamento da questão da variação linguística, deixou o problema nas entrelinhas, pronto para ser lido e trabalhado por quem viesse depois.

Fora do âmbito dos estudos saussurianos, linguistas americanos, descritivistas, conforme comentam Weinreich, Labov e Herzog (1968, p. 123), mostraram certo interesse pela diversidade linguística dentro de uma comunidade de fala, na medida em que isso poderia conduzi-los à observação da mudança linguística. Bloomfield (id.) chegou a definir a comunidade de fala e a reconhecer a diversidade na fala de um mesmo indivíduo. Ele disse:

Uma comunidade de fala é um conjunto de pessoas que interage por meio da fala. Se observarmos de perto, perceberemos que duas pessoas – ou melhor, talvez, nenhuma pessoa em momentos diferentes – não falam exatamente igual uma à outra. (...) Essas diferenças são parte muito importante na história das línguas; o linguista é forçado a considerá-las muito cuidadosamente, mesmo se em alguns de seus trabalhos ele é forçado, provisoriamente a ignorá-las. Quando faz isso, está meramente empregando o método da abstração, um método essencial à investigação científica,

mas os resultados então obtidos têm de ser corrigidos antes que sejam usados em muitos tipos de trabalhos posteriores.¹¹ (Apud op. cit.)

Como acentuam os autores, essa passagem do texto de Bloomfield parece irretocável no que concerne à consideração da variação. O problema é que o autor deixou de explicar o que viria a ser “abstração”, e em que isso consistia. Do mesmo modo, deixou de explicar por que os dados obtidos deveriam ser “corrigidos” e em que consistiria essa correção, para serem usados em algumas pesquisas.

O certo é que, afirmam os autores citados (p. 124), embora esse pensamento tivesse constituído um avanço na direção dos estudos da variação, não representou progresso efetivo nessa direção. Bloomfield e seus seguidores conseguiram perceber o que poderia ser a origem da mudança (talvez possamos dizer que perceberam a variação), mas diante da dificuldade de perseguir sua difusão não souberam como agir e seguiram um caminho antiempírico.

MacMahon (1998), analisando a postura de Bloomfield e dos descritivistas americanos em geral, afirma que eles mostraram, particularmente, interesse na variação, e um de seus princípios centrais era a suposição de que as línguas poderiam diferir de modos imprevisíveis e irrestritos. Mas seus interesses, sublinha a autora, pendiam mais para a variação do cruzamento de línguas do que para a variação intralinguística.

Depois dos descritivistas, temos de nos referir a Chomsky, pelo papel relevante que desempenha na linguística americana. Como explica MacMahon (op. cit.), Chomsky assumiu a homogeneidade como parte central e explícita da teoria gerativa, já que seu objetivo era descrever a competência linguística, e não o desempenho do falante nas diversas situações de fala. Diz Chomsky:

À teoria Linguística interessa um falante-ouvinte ideal, de uma comunidade de fala completamente homogênea, que a conhece perfeitamente e não é afetado por condições gramaticalmente irrelevantes, tais como: limitações de memória, distrações, falta de atenção e interesse e erros (aleatórios ou característicos), ao aplicar seu conhecimento da língua em um desempenho real.¹²

A variação, para o falante, ou para a comunidade de fala, é vista como um fator periférico de desempenho, então sem interesse para teoria. Também nesse contexto, não há guarida para a variação linguística. Houve, contudo, paralelamente a esses trabalhos, outros que se voltaram para o estudo da *comunidade de fala*, como o de Bloomfield, antes citado.

Embora o estudo da variação não tenha prosperado nesses trabalhos, desde a década de 60 do século XX, a variação linguística passou a ser estudada sistematicamente, a partir de método desenvolvido para seu estudo.

4. A Sociolinguística: o ponto de vista laboviano

Mesmo sem tradição nos estudos de dialetologia, nos Estados Unidos a Sociolinguística tornou-se uma forte área da Linguística, com os trabalhos de William Labov, desde os anos 1960. A partir dos anos 1970, na Inglaterra, os trabalhos de Peter Trudgill passaram a ser, também, fundamentais aos estudos e difusão da sociolinguística.

Em verdade, a sociolinguística, tal como a concebeu Labov, era/é a continuação dos estudos dialetológicos, mas com uma enorme diferença: a preocupação em relacionar dados linguísticos aos dados sociais que a originavam, e todo o trabalho era/é baseado no

¹¹ Traduzimos.

¹² Traduzimos de Chomsky, 1965, p. 3-4.

cruzamento desses dados. Além disso, Labov inaugurou uma nova tradição, uma metodologia, pelo controle de variáveis sociais e pela quantificação dos dados obtidos por meio de entrevistas de informantes ao pesquisador. O resultado desse trabalho resulta da interpretação dos dados quantificados para a descrição e definição da “norma” de cada fenômeno estudado, obtida por meio da média de usos. Nesse caso, vê-se que a consideração da norma reduz-se à média encontrada de cada uso observado.

O objeto de estudos de Labov foi, ao longo dos anos, a variação e a mudança fonético-fonológica. O método criado por Labov exigia que as amostras deviam representar, estatisticamente, a organização hierárquica, por classes, da sociedade. O contexto, portanto, foi fator fundamental para a interpretação dos dados, embora a teoria/metodologia não tivesse previsão do trabalho com a língua efetivamente em uso. Nos últimos trabalhos publicados, contudo, Labov (2001) admite que a mudança linguística pode ser explicada fora da injunção contextual, somente pelos aspectos linguísticos. Os trabalhos de Labov e seus seguidores configuraram, em verdade, uma *dialetoлогия urbana*, coroada com o lançamento do *The Atlas of North American English: Phonetics, phonology and sound change*, 2006.

Desde 1966, quando publicou seu primeiro trabalho, W. Labov nunca deixou de produzir na área, são onze livros e inúmeros artigos. Há também um livro em co-autoria e o Atlas, antes referido.

O mérito de Labov não foi, simplesmente, ter observado a conexão língua/sociedade. Abstrata ou teoricamente, segundo o próprio Labov (op. cit., p. 332), essa relação já havia sido enunciada por outros linguistas, como Whitney (1901), Saussure (1916) Meillet (1921), Schuchardt (1850) e Vendryes (1921), que, contudo, não passaram das afirmações genéricas sobre o problema, nem apresentaram soluções metodológicas para o tratamento da língua. Meillet (apud Labov, 1983, p. 328), por exemplo, disse:

Do fato que a linguagem seja uma instituição social, segue-se que a linguística é a ciência social, e a única variável à qual se deve atender para explicar a mudança linguística é a mudança social, da qual as variações linguísticas são meras consequências. (1921, p. 16-17)

A teoria de Saussure, como se sabe, cria em seu bojo um parâmetro a respeito dessa questão, já que seu fundamento é o de ser a língua uma instituição social, mas sua realização, a fala, individual, sem ter havido a previsão de “uma ponte” entre o social e o individual. Esse é o fato que, segundo Labov (op. cit., p. 332-37), levou a linguística, até mais de meados do século XX, ao estudo da língua como uma instituição homogênea, estudada a partir da observação da competência de um só falante, que, em tese, representaria toda a comunidade. Fez-se a linguística da “fala”, mas a partir de pressupostos equivocados, centrou-se apenas na língua como sistema, código, dissociado de sua atualização ou prática social.

A teoria laboviana caracteriza-se, em primeiro lugar, pela preocupação com a heterogeneidade da linguagem. Isso significa que, diferentemente da teoria saussuriana, a proposta do americano foi estudar a realidade linguística em seu contexto social, o que implicou ultrapassar o objetivo de descrever a língua como código/sistema (Saussure), ou a competência linguística de um falante/ouvinte ideal (Chomsky). Labov partiu para o estudo da realidade linguística, gravando a fala de informantes de uma comunidade linguística, para assim, concretamente, verificar como e por que a língua varia e muda.

Cria-se assim a *Sociolinguística* no campo da qual se desenvolveram teoria e método para o estudo da variação e mudança linguísticas. Essa nova denominação não foi proposta de Labov, que, em verdade, não a considerou produtiva, por entender que o termo encerrava uma redundância já que, sendo a língua uma forma de comportamento social, seria desnecessária a referência a uma “sociolinguística” (op. cit., p. 23 e 235).

A sociolinguística laboviana estruturou-se sobre os pressupostos de que as variáveis sociológicas implicavam as variáveis linguísticas, e que essas podiam ser empiricamente estudadas, e de que “a língua tem muitas possibilidades de dizer a mesma coisa” (op. cit., p. 241), o que caracteriza a variação linguística. Assim, Labov tratou da *variação social e estilística* da linguagem, sendo a primeira a que decorre de características dos diferentes subgrupos da sociedade (classes alta, média, baixa) e a segunda a que decorre das adaptações da linguagem ao contexto imediato durante o ato de fala (Labov, 1983, p. 337).

Essa, contudo, não foi a principal preocupação de Labov, que teve, desde seus primeiros trabalhos com Uriel Weinreich, o objetivo de descobrir como e por que as línguas mudam. A pesquisa da variação, portanto, teve, antes, o objetivo de conduzi-lo às respostas sobre a mudança linguística. Metodologicamente, conforme Labov (op. cit., p. 264-65), o trabalho teria de se estruturar sobre cinco axiomas:

1. A alternância estilística: mudança de estilo conforme a mudança do contexto social e o tema da interação.
2. A atenção: a atenção do falante com seu próprio discurso constitui um dos níveis de autocontrole.
3. O vernáculo: falar mais livre do falante.
4. A formalidade: maior grau de atenção do falante com seu próprio discurso.
5. A qualidade dos dados: os dados devem ser obtidos por meio de gravação de entrevista individual, o tipo mais óbvio de observação sistemática, e devem ser quantificados, para, depois serem interpretados. A caracterização das variáveis que delimitam uma comunidade linguística é, portanto, quantitativa.

O último ponto cita o que o próprio Labov chamou “paradoxo do observador”, ou seja, o objetivo de obter dados espontâneos, mas precisos, por meio da observação sistemática, não é plenamente alcançado porque o falante, ao sentir-se observado, monitorado,

pratica uma linguagem mais formal, e não a “vernacula”, mais informal, como a que pratica em seu cotidiano.

A teoria laboviana sofreu muitas mudanças ao longo do tempo. Algumas devidas a convicções e críticas do próprio autor, e outras impulsionadas pelas críticas de colegas de outras universidades. A metodologia foi o ponto atacado pelos rivais. Se nos Estados Unidos, no Canadá e na Inglaterra houvesse quem tivesse seguido o método quantitativo (Cedergren and Sankoff, 1974; Trudgill, 1974), houve quem tivesse oposto a esse objeções. Derek Bickerton (1971), e Charles-james Bailey (1973), por exemplo, opuseram ao que denominaram *paradigma quantitativo* da teoria/metodologia de Labov, o *paradigma dinâmico*, denominação criada para a nova proposta. Os seguidores dessa teoria afirmavam contra a posição de Labov que, se todos os fatores, linguísticos e não linguísticos, fossem levados em consideração para interpretação da variação, não permaneceria nenhuma variabilidade, já que essa seria mais um efeito que uma causa parcial da mudança. A menos que a mudança estivesse sempre em progresso em um ponto relevante do sistema (Labov 2001, p. 74).

Outras críticas vieram, em 1980, da Inglaterra, por parte dos Milroy, Jim e Lesley, que se opuseram à metodologia de coleta de dados da teoria laboviana. Esses autores, ao investigarem a linguagem praticada em três comunidades operárias de Belfast, Irlanda, observaram a intercomunicação dos falantes da cidade. Os habitantes daquela localidade dividiam entre si praticamente todas as atividades da vida em comum (o trabalho e a diversão), sem haver divisões rígidas entre as pessoas com base, por exemplo, em seus papéis profissionais.

Isso os levou à conclusão de que a entrevistista a falantes isolados – isto é, a partir de uma situação de comunicação em que se encontravam apenas o informante e o pesquisador – era deficiente, porque artificial. Notaram que os dados obtidos desse tipo de interação seriam, sempre, de níveis de linguagem formal, e, portanto, não característicos da fala espontânea e natural dos inte-

grantes da comunidade linguística. Para resolver esse problema, a sugestão seria colher os dados linguísticos a partir de momentos de interação natural dos informantes, quando realizassem suas tarefas cotidianas. Também, criticaram o fato de Labov estratificar socialmente seus informantes em classes (alta, média e baixa), e com fundamento nisso fazer todas as suas inferências, obtendo, assim, resultados também estratificados, como se houvesse uma linguagem com características resritas a cada classe. Jim e Lesley Milroy entendiam que a sociedade tinha organização mais complexa, tendo em vista que os falantes das diversas classes interagem entre si e formam espécies de *redes sociais* em que uns exercem influências sobre outros.

A crítica de Milroy (1980) é retomada por Labov, em *Principles of linguistic change: social factors* (2001), no décimo capítulo, cujo título é “Social networks”. A análise que o autor faz do método de Milroy é também crítica, e a conclusão é a de que a metodologia baseada no estudo de *redes sociais*, em si, não soluciona o problema a que se propôs resolver. De um lado, diz o autor, o estudo de *redes sociais*, tal como proposto e praticado por Lesley Milroy, não permite o controle rigoroso de dados dos informantes, tais como educação, ocupação, etnia, status social, prestígio ou estigma etc.; de outro lado, esse tipo de estudo se prende à observação de um ou dois grupos, formados de pequena quantidade de falantes, o que não é suficiente para caracterizar a comunidade como um todo.

Labov afirma, depois de se referir ao trabalho de Penelope Eckert (1999) a respeito de uma escola de ensino médio (High School) da área suburbana de Detroit – a autora citada trabalhou com a observação de dados sociais, pelo método etnográfico e por entrevistas –, que a perspectiva de trabalho com *redes sociais* deve ser profundamente modificada, porque deve ser combinada com análises multivariadas para a obtenção de dados precisos.

Nos últimos trabalhos (1994 e 2001), Labov aperfeiçoou o método de trabalho: às entrevistas foram associadas pesquisas com as comunidades linguísticas (the neighborhood study), em que se

identificam os “líderes” da variação e mudança. Esses são pessoas de prestígio a quem os demais habitantes da comunidade seguem. Como esses líderes são, frequentemente, mulheres, vê-se, nesses últimos trabalhos, grande importância atribuída à pesquisa de *gênero*, para investigar o papel de homens e mulheres no tocante à variação e mudança linguísticas. Pelo que se observa, o papel das classes sociais, antes decisivo, passa a ser apenas um apoio à análise.

Labov considerou, também, outras críticas, como as provindas dos funcionalistas. A premissa funcionalista é a de que a função da linguagem é comunicar sentidos, do falante/escritor ao ouvinte/leitor, e que, para tanto, o falante opera variações linguísticas. Lembrando funcionalistas como Martinet, Halliday, Kuno, Kispary e Givón, de um lado, e Jakobson, Searle e Grice, de outro, Labov (op. cit., p. 547-68) rejeita as teses funcionalistas e afirma que a variação e a mudança são mecânicas e que não atendem a necessidades de comunicação. Essa posição marca, de certo modo, uma volta às teses dos neogramáticos, que entendiam, também, serem mecânicas as mudanças.

Embora o tratamento dado ao problema da variação/mudança linguísticas por Labov seja de extrema relevância na área, representa uma das opções teóricas para a questão. Nós nos referiremos mais adiante a outras teorias que trabalham com essa questão. No tópico seguinte trataremos de apresentar um panorama dos trabalhos brasileiros que aplicam a teoria e método labovianos.

4.1 A pesquisa sociolinguística de orientação laboviana no Brasil

A publicação do livro *Sociolinguística quantitativa – instrumental de análise*, de autoria de Gregory R. Guy e Ana Zilles, em 2007, é um marco importante de consolidação dos estudos labovianos no Brasil, pois, como dizem Naro e Sherre, na apresentação do livro “Greg foi o responsável pelo início das análises quantitativas desen-

volvidas no Brasil”, no ano de 1970. Do trabalho de Guy sobre o português do Brasil, resultou sua tese de doutorado, intitulada *Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: Aspects of the Phonology, Syntax, and Language History*,¹³ de 1981, cujo corpus foi selecionado dos dados do projeto Competências Básicas do Português, coordenado por Miriam Lemle. Na tese, o linguista americano trata de questões de concordância verbal, nominal, da queda da nasal e da perda do -s em final de palavra (Cf. Naro e Sherre).

Esse é um trabalho importante para a história das ideias linguísticas no Brasil também porque abriu a discussão a respeito da hipótese da *crioulização* e *descrioulização* do português brasileiro. A hipótese da gênese crioula do português brasileiro, todavia, não foi pela primeira vez formulada por G. Guy em sua tese, mas pelo português Adolpho Coelho, no século XIX, entre 1881 a 1886, nas obras *Os Dialectos Romanicos ou Neo-Latinos da Africa, Asia e America*, e em mais alguns artigos publicados no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Anos depois, no Brasil, Serafim da Silva Neto retomou essa hipótese na obra *Introdução ao estudo da lingua portuguesa no Brasil*, de 1950, em que, do ponto de vista da Linguística moderna, trata com parcialidade a questão, ideologizando-a e atribuindo adjetivos pejorativos ao conceito de dialeto e de crioulo, como se pode verificar no extrato seguinte:

Aqui é necessário conceituar o que seja dialeto crioulo. Esses falares representam uma língua europeia toscamente aprendida por povos de cultura e situação social inferior. Caracterizam-se por simplificação extrema, que atinge sobretudo a conjugação (Silva Neto, 1951, p. 130).

Posições como essa, acerca da língua e da linguagem, levaram linguistas a rejeitar as ideias de Serafim da Silva Neto, embora sua obra, à parte a valoração, em geral, feita, traga informações relevantes para o conhecimento da língua portuguesa do Brasil. Naro e Sherre (1993, p. 438), por exemplo, afirmam sobre os estudos da variedade popular da língua portuguesa do Brasil que o “mais completo levantamento deste material ainda é o de Serafim da Silva Neto, em *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*”.

Outros pesquisadores importantes no cenário da Linguística brasileira, como Mattoso Câmara Jr. e Celso Cunha, se referiram ao problema da crioulação do português, não como Serafim, porque nenhum defendeu essa tese e, também, porque nenhum tratou de crioulo sob a mesma perspectiva. Mattoso Câmara Jr. (1976, p. 28) disse:

Parece que, desde muito cedo, a sua integração [das nações negras bântu ou não bântu] na sociedade branca, com estreitas relações com ela na qualidade de escravos ligados a todas as suas principais atividades, precipiou o desenvolvimento de um português crioulo, que uniu entre si os negros das mais diversas proveniências.

O texto mostra uma atitude duvidosa de Mattoso, revelada pelo “parece que”, quanto à interpretação da interferência das línguas africanas no português do Brasil, embora em outro trecho da obra, ao discutir a questão das duas normas do português, ele diga, embora com alguma incerteza:

Como quer que seja, as discrepâncias de língua padrão entre Brasil e Portugal não devem ser explicadas por um suposto substrato tupi ou por uma suposta profunda influência africana, como se tem feito às vezes. Resultam essencialmente de se achar a língua em dois territórios nacionais distintos e separados. (op. cit., p. 30)

¹³ Gregory Riordan Guy, *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax, and language history*. (January 1, 1981). Dissertations available from ProQuest. Paper AA18117786. <http://repository.upenn.edu/dissertations/AA18117786>.

Já Celso Cunha (1981) discute cientificamente a questão do crioulo, conceituando-o precisamente, distinguindo-o do pidgin e refulando, portanto, a tese de que o crioulo seja uma “forma de comunicação inicial em que o senhor-nestor ensinava ao escravo improvisando formas que se identificavam às da linguagem infantil...” (p. 40). Além de apresentar os crioulos portugueses da Ásia, da Oceania, da América e da África, o autor comenta brevemente a tese que relaciona o “português popular e o crioulo”, para rejeitá-la em definitivo, quer se trate de crioulos franceses ou portugueses. Ele é enfático quando diz:

Importante é também salientarmos que o português que desde o século XV se veio pidginizando em contacto com desvairadas línguas do mundo era a língua popular dos brancos e – acentue-se – de brancos analfabetos. (op. cit., p. 60)

A importância de comentar aqui aspectos da discussão sobre a repercussão do contato linguístico do português com as línguas africanas deve-se ao fato de ter sido esse fenômeno o mote para grande parte das pesquisas sobre a natureza da variação linguística da língua portuguesa praticada no Brasil. A questão da crioulição foi assunto de acirrados debates em congressos nacionais e internacionais.

O interesse sobre a crioulição do português, no caso de G. Guy e de outros que vieram depois dele, teve origem na hipótese da crioulição a respeito do *black English* dos Estados Unidos. Os movimentos sociais acerca dos direitos civis, especialmente dos americanos negros e das minorias, ocorridos nos EUA nas décadas de 50 e 60 do século passado, levaram os pesquisadores à investigação do *African American English* (AAE). Essa variação do inglês era, até então, considerada como um “inglês mal falado”, sem nenhum prestígio social e que deveria ser erradicado e substituído pelo inglês

standard. A partir dos anos 60, todavia, o AAE tornou-se objeto de estudos para linguistas americanos interessados em compreendê-lo e explicá-lo, como uma variedade da língua inglesa. Surgiu, então, a hipótese da *crioulição/descrioulição* a respeito dessa variedade, quando se partiu do pressuposto de que o AAE resultaria de um *processo de crioulição*, pois teria havido, no momento do contato dos negros com os colonizadores europeus, uma língua crioula, depois reestruturada, ou seja, depois descriouliçada, cujo processo teria deixado marcas do contato havido entre as duas línguas.

Essa hipótese foi aplicada a outras línguas que passaram pelo mesmo processo de contato e interferência linguística e que, embora diferentes da matriz europeia, não caracterizam um crioulo. Essas línguas seriam: o Português Vernáculo Brasileiro (PVB), o Espanhol das Caraíbas, o Afrikaans e o Francês Vernáculo da Ilha de Reunião no Oceano Índico, segundo Holm (1992; 2000). Assim começaram as pesquisas direcionadas para estas línguas supostamente originadas de um crioulo.

Foi o interesse pelo Português Vernacular Brasileiro (PVB), na perspectiva da crioulição, o motivo que levou Guy (1981) e, alguns anos depois, John Holm (1987; 1992; 2000; 2004), a interessarem-se pela pesquisa sobre o português do Brasil. Esses estudos desenvolveram-se, predominantemente, com base na Sociolinguística variacionista quantitativa, pura ou combinada com outras teorias e métodos. A pesquisa sociolinguística brasileira, não obstante, não se resumiu, nem se reduziu, à investigação da mudança linguística com base na gênese crioula, como se passará a mostrar no panorama de trabalhos realizados no período de 1980 a 1998.

Segundo Mollica e Roncaratti (2001) a pesquisa sociolinguística brasileira desenvolve-se sobre a investigação dos seguintes temas: a natureza da mudança; o funcionamento da língua em uso; e a aquisição da língua. Os objetivos gerais desse tipo de trabalho são, especialmente:

- (a) analisar a variação, aquisição e mudança linguística, abrangendo fenômenos morfossintáticos, fonológicos e discursivo-pragmáticos;
- (b) descrever processos de mudança que evidenciam e favorecem a gramaticalização de itens e construções linguísticas;
- (c) investigar atitudes e crenças linguísticas implicadas na variação linguística e
- (d) identificar estratégias argumentativas envolvidas no texto escrito e suas marcas linguísticas. (op. cit., p. 3)

No Brasil, a quantidade de trabalhos nessa linha é expressiva.¹⁴ Segundo Paiva e Scherre (1999), os primeiros estudos que seguiram a linha teórico-metodológica laboviana foram realizados no seio do *Programa de estudo sobre o uso da língua* (PEUL),¹⁵ liderado por Anthony Julius Naro, nos anos oitenta, e deram origem aos trabalhos de Braga et alii, 1991; Silva & Votre, 1991; Tarallo, 1991; Silva & Scherre, 1996. Segundo as autoras citadas, os principais norteadores desses estudos foram:

- 1) a dissociação entre estrutura linguística e homogeneidade – a língua é tomada como uma estrutura inerentemente variável e a *variação livre* como passível de descrição sistemática, em função de restrições linguísticas e não-linguísticas;
- 2) a rejeição da intuição como fonte dos dados linguísticos, analisando-se, portanto, a língua inserida no contexto social e buscando dar conta da estrutura gramatical no discurso, a partir da conversação natural, de narrativas formais, de gêneros escritos diversos etc.;

¹⁴ No Brasil, pesquisadores trabalham com princípios da teoria variacionista combinados com outras teorias. O que fez, por exemplo, Fernando Tarallo, que a combinou com princípios da teoria gerativa.

¹⁵ O *corpus* sobre o qual o grupo trabalhou era constituído de sessenta e quatro horas de gravação de entrevistas com falantes cariocas, selecionados segundo variáveis sociolinguísticas clássicas (sexo, idade e escolaridade) e distribuídos por diferentes bairros da cidade (op. cit.).

- 3) a pressuposição de que um modelo de língua que acomoda os fatos variáveis e suas restrições linguísticas e não-linguísticas conduz a descrições e explicações mais adequadas e resolve questões ligadas à mudança linguística;
- 4) a aceitação de motivações internas e/ou externas em competição, assumindo que a explicação dos fatos linguísticos pode estar fora do sistema linguístico;
- 5) a atribuição de importância à frequência dos dados, conduzindo necessariamente à sua quantificação em função de restrições que operacionalizam hipóteses passíveis de serem refutadas;
- 6) a pressuposição de que os fatores das possíveis restrições têm um efeito fixo, podendo, conseqüentemente, ser isolados, medidos, generalizados e explicados em função de princípios internos e externos à língua.

Para oferecer uma visão geral da pesquisa realizada nessa perspectiva, citaremos aqui, dentre os principais estudos realizados a partir de tais parâmetros, com base no que apresentaram Paiva e Scherre (1999). Os quadros mostram os trabalhos agrupados por nível de análise linguística, depois apresenta o resumo do tema das pesquisas e, por fim, a indicação bibliográfica dos trabalhos que trazem o estudo do tema citado.

Quadro I

Nível de análise	Tema	Trabalho
I. Fonético-fonológico		
1. Tendência à monotonguação dos ditongos decrescentes [ey] e [ow] (peixe/peixe, couro/couro)		Paiva, 1996a.
2. Estigmatização da alternância entre as líquidas ou a queda de [r] nos grupos consonantais (blusa/blusa, flamenço/flamenço próprio/um, problema/pobrema)		Mattos & Mollica, 1989.
3. Estabilidade da supressão de /d/ na sequência -ndo (andando/andano, bebendo/bebeno).		Mattos & Mollica, 1989.
4. Reforço da palatalização, em relação com as variantes alveolar, aspirada e <i>ø</i> , nas diversas realizações do {S} pós-vocálico [mey/Zum/meyznu/mei um/memno].		Scherrer & Macedo, 1989; 1996.
5. Redução variável da preposição para (para, pra e pa).		Felgueiras, 1993.
6. Implementação da queda de [r] pós-vocálico (beber/bebê, cantar/canta).		Lima, 1992.
7. Prótese (voar/avoar) e aférese (assistir/sistir) de segmentos fônicos.		Gonçalves, 1993.

Quadro II

Nível de análise	Tema	Trabalhos
II. Morfosintático		
1. Concordância de número: a. no sintagma nominal (os melmos/os menino; as portas abertas/ portas abertas); b. entre verbo e sujeito (Eles ganharam dinheiro/Eles ganha dinheiro); c. dos predicativos e participios passivos com o sujeito (as coisas tão caras/ as coisas tá cara; os meus filhos foram amanhados/ os meus filhos foram albebrizados).		Scherrer, 1988; 1994; 1996a; 1997; 1998; Scherrer & Naro, 1997; Scherrer & Naro, 1993; 1997; Naro & Scherrer, 1996a.
2. Preposições em processos de regência verbal: a. verbo <i>ir</i> (ir ao Maracá/ Eu ia <i>prá</i> sito do meu tio/ Meu pai que ia <i>no</i> açougue); b. dequisição - (Basta <i>dizer</i> isso: <i>de que</i> esta metefora das luzes é exclusiva do século XVIII); c. questiono - (ela não <i>gostu</i> que interrompam a aula para pedir explicações); d. alternância <i>aprove</i> ou o apagamento do nexvo preposicional em contextos de verbos bi-transitivos e a alternância entre <i>a/para</i> com verbos transitivos indiretos.		Mollica, 1996a; Mollica, 1989a; 1991a; 1991b; 1995a; Mollica, 1989a; 1991a; Id.
3. Formas pronominais: a. alternância entre as formas <i>scudete</i> (Comprei <i>sex</i> livro/ Comprei o livro <i>dela</i>); b. alternância entre <i>nós</i> e <i>a gente</i> .		Omena, 1987; 1996; Silva, 1996c.
4. Uso de pronomes: a. indefinido substantivo <i>tudo</i> / indefinido adjetivo <i>todole</i> (s) (escola para <i>todos</i> os oficiais/ era <i>peixe</i> ai, em <i>tudo</i> o quintal; esses <i>roço tudo</i> eu pego para ler/ porque eles cortaram o cabelo <i>dela</i> <i>tudo</i>).		Pinto, 1996.
5. Emprego de verbos: a. alternância entre os verbos <i>impossa</i> ter, <i>haver</i> , <i>existir</i> (Tem muitos livros na mesa/ <i>Há</i> muitos livros na mesa/ <i>Existem</i> muitos livros na mesa).		Fiorelli, 1996.

Por certo, outros estudos alinham-se na mesma perspectiva, mas, como nosso objetivo não é o de apresentar o *estado de arte* de tais pesquisas, ficamos aqui apenas com os primeiros e mais representativos trabalhos do campo. Observa-se também que muitas pesquisas publicadas no final dos anos noventa do século passado não estavam teoricamente ligados, com exclusividade, à proposta laboviana.¹⁶ Verifica-se, em geral, o aproveitamento do método quantitativo aliado a outras propostas teóricas, como a formalista ou a funcionalista.¹⁷

1. A variação linguística funcionalista

O funcionalismo nasceu com a publicação, em 1911, do artigo *On the potentiality of phenomena of language*, de Vilém Mathesius, um professor da Universidade da Carolina, em Praga. A tônica do artigo foi propor um tratamento não-histórico da linguagem, aceito por muitos linguistas, tchecos ou não, o que deu origem ao movimento conhecido como “a Escola de Praga”. Entre os anos de 1926 a 1945, linguistas como Roman Jakobson (1882-1945) e Nikolai Sergejevich Trubetzkoy (1890-1938), russos, teorizaram sobre fenômenos linguísticos a partir da perspectiva funcionalista, ambos, de início, no âmbito da fonologia. Jakobson, depois, alargou seu campo de investigação para outros domínios, chegando a elaborar uma *teoria da comunicação*. A premissa funcionalista sempre foi a de que a língua, em seus aspectos fonológicos, gramaticais e semânticos, é determinada por funções desempenhadas na sociedade em que opera. A teoria funcionalista foi seguida por outros tantos linguistas, como, por exemplo, André Martinet (1908-1999), francês, que trabalhou nos campos da fonologia e da mudança linguística. Sobre a mudança linguística como resultado do funcionamento da língua, disse Martinet (1975, p. 12):

A evolução das estruturas linguísticas reflete as necessidades dos usuários. Não há contradição entre o funcionamento da língua e sua evolução, mas coincidência. Não é um paradoxo dizer que *uma língua muda porque ela funciona*.¹⁸ (Grifo do autor)

Outro linguista funcionalista, esse com trabalhos ainda mais recentes que os de Martinet, é Michael Alexander Kirkwood Halliday, britânico que atua na universidade de Sidney. O funcionalismo de Halliday estruturou-se sobre as premissas do funcionalismo tradicional europeu e, também, sobre as ideias de John Rupert Firth (1890-1960), um dos primeiros professores de linguística da Inglaterra e, também, um dos fundadores da linguística como disciplina autônoma naquele país (Honeybone, 2005). A doutrina de Firth foi construída sobre princípios tomados do estruturalismo e do funcionalismo, combinados com ideias emprestadas da antropologia, especialmente aquela de Bronislaw Malinowski (1884-1942).

Malinowski (1923), polonês, naturalizado inglês, procedeu a exaustivo trabalho de campo na comunidade polinésia da Ilha Tobriand, para onde se deslocou (primeiro de 1915 a 1916, depois de 1917 a 1918) e teve de aprender a língua nativa. Essa experiência levou o antropólogo a fazer reflexões linguísticas que terminaram por influenciar linguistas, como John Firth. Primeiro, Malinowski observou que a língua não é um sistema autônomo (oposição à visão extremada do estruturalismo), ao contrário, entendeu que a língua é um sistema *inteiramente* dependente da sociedade que a usa (construção de outro ponto de vista extremado). A dependência da língua à sociedade ocorre, do ponto de vista desse antropólogo, em dois sentidos principais:

¹⁶ Veja-se, por exemplo, os citados em Vandresen, 2000.

¹⁷ Ver, por exemplo, Tarallo (1987; 1989; 1996).

¹⁸ Tradução nossa

1. A evolução da língua ocorre em resposta às demandas específicas da sociedade que a pratica.
2. O uso da língua é inteiramente dependente do contexto, numa relação inextricável, e o contexto de situação é indissociável à compreensão das palavras.

Malinowski recomenda que a língua seja estudada a partir das funções que desempenha em dada cultura. Para tanto, distingue dois tipos de contextos: um imediato, denominado *contexto do enunciado* (*utterance*), de outro, bem mais geral e generalizado, que denomina *contexto de situação*. As funções que descreve e reconhece são três:

1. A função pragmática – língua como forma de ação.
2. A função mágica – língua como forma de controle do ambiente.
3. A função narrativa – língua como um repositório de informações usuais e necessárias, que preserva a história.

A concepção dessas funções foi importante para a linguística, tanto que foi reinterpretada por teóricos como R. Jakobson, Searle, Austin e outros. Da observação do antropólogo sobre o fato, por exemplo, de a língua permitir que os falantes se mantenham ligados, mesmo que não troquem informações, Jakobson descreveu uma das funções de sua teoria da comunicação, a função fática.

De Malinowski, Firth (1957, p. 182) assimilou as ideias de *contexto de situação* e de *função* e passou a operar com ambos como termos explanatórios em linguística. O linguista, contudo, observa que, quando o sentido dos itens linguísticos é dependente do contexto, é imprescindível o estabelecimento de categorias que permitam a ligação do material linguístico ao contexto cultural. Essas categorias são as seguintes (Firth, 1957, p. 182):

1. Configuração dos participantes: pessoas e personalidades.
 - a. ação verbal dos participantes.
 - b. ação não-verbal dos participantes.

2. Objetos relevantes.
3. Efeito da ação verbal.

Além disso, Firth entendeu que a noção de que “o sentido é função em contexto” precisava de definição formal para poder ser usado como um princípio da teoria, o que permite tanto aos menores quanto aos maiores itens linguísticos serem passíveis de descrição. Essa definição baseia-se na noção saussuriana de *sistema*, embora de modo diferente e mais rigoroso. Para Firth o sistema consiste em um conjunto de escolhas que o falante opera em um contexto específico (é paradigmático e não sintagmático). As escolhas feitas no sistema serão funcionalmente determinadas e todos os itens serão escolhidos dentro de dois tipos de contexto:

1. o de outras escolhas possíveis no sistema.
2. aquele que no próprio sistema ocorre.

A pesquisa de Halliday, assim como a de seus seguidores, é, como se sabe, baseada na teoria firthiana e inscreve-se num campo denominado *gramática sistêmica*, ou *gramática funcional*, como o próprio Halliday preferia denominá-la, já que seu objetivo é dar conta das escolhas feitas pelos falantes (usuários da língua). Como explica, seu trabalho pode ser assim denominado porque parte da concepção firthiana de “sistema”, ou seja, sistema no sentido de “a paradigm but developed into the formal construct of a ‘system network’” que é uma teoria de linguagem como *escolha*, ou seja, uma teoria que representa a língua ou qualquer parte dela como uma fonte para fazer sentido a partir das escolhas que o falante faz em cada contexto de comunicação (1985, p. xxvii).

Conforme Halliday (1976), vemos explicação clara para o funcionalismo: a consideração da linguagem em uso e, ainda mais, a assunção do ponto de vista de que as necessidades pessoais e sociais das pessoas têm influência direta no sistema gramatical. Diz o autor:

Ao falar, escolhemos: quer para fazer uma afirmação ou pergunta, quer para particularizar ou generalizar, quer para repetir ou acrescentar algo novo, quer para introduzir ou não nosso próprio julgamento, e assim por diante. (...) O sistema de opções utilizáveis é a 'gramática' da língua, e o falante, ou escritor, seleciona dentro desse sistema: não *in vacuo*, mas no contexto das situações de fala. Os atos de fala envolvem, pois, o exercício criativo e repetitivo de opções em situações e ambiente sociais e pessoais. (p. 136)

Também em texto posterior, Halliday (1985, p. xiii) explica de outro modo o porquê de sua gramática ser chamada funcional. Primeiro, diz, não é formal e é funcional em três sentidos: no da interpretação de textos, do sistema e dos elementos da estrutura linguística; depois, explica-se mais completamente: a gramática é funcional porque 1. é designada para dar conta de como a língua é usada; 2. os componentes de sentido na língua são funcionais; 3. cada elemento na língua é explicado pela referência a sua função no sistema linguístico como um todo. Os componentes funcionais da língua têm três funções fundamentais: a *ideacional*, que diz respeito à experiência do falante com o mundo real, com as coisas e seu mundo interior; a *interpessoal*, que se refere a todos os aspectos das relações sociais; a *textual*, relacionada à capacidade de o falante produzir textos e às próprias características internas do texto e sua relação com as situações.

Como para Halliday à língua não é homogênea, mas heterogênea, pois constitui um sistema social e, por isso, varia a cada situação de uso, há no bojo de sua teoria uma proposta para a compreensão do tratamento da variação (1974, p. 111-123). Fundamentalmente, a variação linguística tem duas origens precisas: o *usuário* e os *usos* que se faz da língua em cada instância de comunicação.

As variáveis próprias do falante são sua *origem geográfica* e sua *classe social*. A primeira conforma o que se pode entender por *dialetos*, e é assim explicada pelo autor:

Em determinada dimensão, a variedade de uma língua que um indivíduo usa é determinada pelo que ele é. Todo falante aprendeu, como sua L1, uma particular variedade da língua de sua comunidade linguística e essa pode ser diferente em algum, ou todos os níveis de outras variedades da mesma língua aprendidas por outros falantes como sua L1. Tal variedade, identificada segundo essa dimensão, chama-se 'dialetos'.

Sobrepota a esse tipo de variedade, no entanto, há outras originadas dos diversos contextos de comunicação em que se interage o usuário ao longo de seu dia. Esses são, então, chamados *registros*, que refletem a ordem social no sentido da variedade do processo social. O *registro*, afirma o autor, assimila aspectos relevantes da situação, denominados como *campo*, *estilo* e *modo*. O conceito de *campo* é amplo, e, como define Halliday, é "*what is going on*", é a própria ação social, o ato em que ocorre a interação, e seu sentido no sistema social. Isso inclui o assunto do texto enunciado na interação. O *estilo* refere-se a dados das relações entre os falantes e é, como o autor explica, tudo o que se refere a "who is taking part" da ação social. Isso quer dizer que se trata das relações entre os interagentes (grau de intimidade entre eles) e o reflexo disso no texto enunciado (grau de formalidade). O *modo* refere-se, de um lado, ao *status* que o texto assume na situação de comunicação assim como a seu papel (justificativa, apreensão, agradecimento, informação etc.) e, de outro, ao canal, oral ou escrito, usado pelos falantes. Esses aspectos e as três funções da linguagem (ideacional, interpessoal e textual) são interrelacionados porque as escolhas dos falantes dependem simultaneamente das características do falante e de sua situação de comunicação. Assim:

1. o *campo* do discurso tende a determinar as escolhas no componente ideacional da linguagem.
2. o *estilo* do discurso tende a determinar escolhas no sistema interpessoal;
3. o *modo* do discurso tende a determinar escolhas no componente textual da linguagem.

Na escrita, diz Halliday, o tipo de texto e a finalidade da comunicação são decisivos para a escolha do registro a ser utilizado.

Fica clara, então, a existência de dois eixos básicos de variação da língua: o *usário*, com sua configuração sociogeográfica, que dá origem ao que se denomina *dialeto*, e o *uso*, com todas as nuances de variação de situação, que dá origem ao que se denomina *registro* ou *níveis de linguagem*, formal ou informal. Essas duas ordens de variação se superpõem sempre quando a língua entra em funcionamento, isto é, qualquer falante será sempre originário de uma região X, de uma classe social/cultural Y, inserido num contexto de formalidade ou informalidade que repercutirá em sua linguagem, para que esteja adequado à situação de comunicação.

1.1 A variação linguística no Brasil: estudos funcionalistas

Os estudos de variação linguística no Brasil, alinhados à perspectiva funcionalista, são vastos e heterogêneos. Isso ocorre primeiro porque, em geral, os pesquisadores combinam funcionalismo e variacionismo laboviano, depois, porque partem de várias fontes teóricas europeias e americanas denominadas funcionalistas. Neves (1999) apresentou o estado de arte desses estudos e mostrou claramente tal situação. Disse a autora que o funcionalismo no país ganhou força desde os anos noventa, do século XX, e que os principais polos de tais pesquisas centram-se nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A autora faz um inventário complementar desses estudos, de quando se iniciaram no Brasil, nos anos 70 do século XX até o ano de 1999. Como o foco de nossa exposição é o funcionalismo oriundo da Europa, especificamente de Halliday, comentaremos brevemente somente essa linha.

O retrato do funcionalismo que Neves (1999) apresentou revela, de um lado, os vários funcionalismos praticados pelos pesquisadores brasileiros e, de outro, que essa corrente teórica é, tendencialmente “blended”. Tanto se veem misturadas teorias funcionalistas entre

quanto funcionalistas e outras teorias, de origem diversa, como variacionismo e funcionalismo.

Pelo que se pôde perceber da exposição da autora, somente os trabalhos de Evanildo Bechara seguem apenas um funcionalismo, o proposto por Eugenio Coseriu, e não o combina com outras teorias. Rafael Hoyos-Andrade, seguidor do funcionalismo de André Martinet, é quase completamente fiel a essa teoria, não fosse a intenção de combinar o funcionalismo com a linguística de texto. De modo geral, o quadro dos trabalhos funcionalistas no Brasil segue os seguintes autores, segundo Neves (op. cit.):

Funcionalismo europeu	Funcionalismo americano	Outras teorias
M. A. K. Halliday	Talmy Givón	Giles Fauconnier
Simon Dik	Paul J. Hopper	J. J. Gumperz
	Elizabeth C. Traugott	Stephen C. Levinson
	Sandra Thompson	
	E. E. Sweetser	
	Wallace Chafe	
	Du Bois	
	J. Haiman	
	De Haney	
	George Lakoff	
	B. Heine	
	König	
	Langaker	

Sob o ponto de vista da combinatória teórica, a partir da descrição da referida autora, há o seguinte quadro no que tange à combinatória das teorias funcionalistas e variacionistas:

	Teoria 1	Teoria 2	
Variacionismo			Sociofuncionalismo (observação das funções discursivas das variantes)
Variacionismo			Funcionalismo americano
Variacionismo			Funcionalismo europeu
Funcionalismo americano			Funcionalismo europeu

Segundo Neves (op. cit.), os trabalhos que seguem o funcionalismo de Halliday, embora combinado com outras teorias, são os de Maria Luiza Braga, nas pesquisas sobre a inserção das construções clivadas no contexto maior. Como explica Neves:

Aí [nos trabalhos de Braga] está presente a orientação metodológica de Halliday e estão presentes também os parâmetros de Dik. De Halliday valoriza-se a questão das opções, a seleção de uma alternante dentro um conjunto de outras variantes capazes de ser usadas mais ou menos com a mesma aceção e adequação naquele contexto particular. De Dik, vale especialmente, a lição de que o papel a que servem as expressões linguísticas pode explicar suas propriedades formais.

gir com segurança uma ação voltada para o funcionamento da linguagem, segundo exigem os princípios funcionalistas (Dik, 1989, 1999; Halliday, 1973, 1985; Coseriu, 1978, 1992 [1988]; Givón, 1984, 1995; Neves, 1997, 2000) que sustentam a concepção que aqui se defende.

Por fim, lembramos que esses estudos visam mais a dar conta do funcionamento da língua e menos a mostrar variedades linguísticas. Mas, como é evidente, tratando da língua em funcionamento, trazem em seu bojo a variação e a heterogeneidade, quando mostram as diversas possibilidades de sentido que uma expressão pode adquirir a depender da situação de comunicação.

1. A variação linguística no Brasil: de teorias funcionalistas às interacionistas

A combinação do funcionalismo com o interacionismo foi perpassada, no Brasil,¹⁹ pela Análise da Conversação, o que ocorreu, principalmente, no seio de dois grandes projetos de pesquisa: no Projeto NURC/SP - Núcleo USP, coordenado pelo Professor Dino Preti, desde abril de 1981, e no projeto da Gramática do Português Falado. Passaremos a tratar de alguns fatos que conduziram os pesquisadores que compuseram, e compõem, o Projeto NURC/SP, especialmente, o núcleo de pesquisadores concentrados na Universidade de São Paulo, ao tratamento da oralidade.²⁰

O começo da história da combinação do variacionismo (princípios) e do funcionalismo hallidayano atrelado ao estudo de mar-

A investigação de mais fôlego, contudo, apoiada na linguística funcionalista é a da própria Maria Helena de Moura Neves. Os trabalhos da autora são sempre baseados no funcionalismo de Halliday combinado, ou não, com outros funcionalismos. Segundo explica no âmbito dos trabalhos da Gramática do Português Falado (GPF), quando coordenou as pesquisas do grupo de sintaxe, que originaram o segundo volume do livro da GPF, os trabalhos, publicados no volume II, foram de inspiração hallidayiana e, parece que, nesse caso, não houve mistura de outros funcionalismos. Outros trabalhos de Maria Helena são *A gramática funcional* (1997) e *a Gramática de usos* (2000) em que a autora, embora substancialmente apoiada no funcionalismo europeu, também recorre ao americano. A preocupação da autora com o ensino de gramática reflete-se na obra *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa* (2003) na qual Neves, igualmente, baseia-se em princípios funcionalistas, como afirma na p. 19:

Para a reflexão sobre uma gramática escolar da língua portuguesa considerava-se que deviam ficar assentadas algumas premissas que podem dir-

¹⁹ Ou, pelo menos inicialmente em São Paulo, Campinas e Recife, onde havia núcleos de pesquisa voltados ao estudo da conversação e, depois, da oralidade.

²⁰ Neste texto, comentaremos apenas alguns aspectos históricos sobre o Projeto NURC/SP. Para outras informações sobre o desenvolvimento da Análise da Conversação nos dois grupos de pesquisa, ver, por exemplo, Castilho (1990) e Leite; Barros; Dias; Silva (2010).

cas da oralidade aconteceu com o trabalho pioneiro de Dino Preti, *Sociolinguística: os níveis de fala*, originário de sua pesquisa de doutoramento, de 1972, depois publicado na forma de livro, hoje já na nona edição. Na obra, o autor passa em revista a teoria sociolinguística no que diz respeito ao tratamento da diversidade linguística de falantes de um grupo social, a fim de propor um ponto de vista teórico e uma metodologia para a análise da fala de personagens literárias e, assim, tratar do problema da representação da variedade linguística na literatura brasileira. Para tanto, o autor combinou alguns pressupostos da teoria variacionista laboviana, especialmente no que tange a variáveis configuradoras do informante, com as ideias de Halliday, sobre o funcionamento da língua e as fontes de variação que operam no momento da comunicação, fundamentais à formação do sentido do texto construído.

Preti (op. cit.) precisou, de um lado, configurar sociolinguisticamente as personagens e, de outro, posicioná-las no contexto de situação, a partir do qual falavam. Depois de explicar o sentido dos dois polos da variação linguística, o *local de origem do falante* (variedades geográficas ou diatópicas) e sua *situação sociocultural* (variedades socioculturais ou diastráticas), criou duas grandes divisões em que encaixou as variáveis linguísticas, as “variedades devidas à falante (ou ao grupo a que pertence)” e as “variedades devidas à situação”, numa clara inspiração hallidayana. A diferença das duas posições ficou por conta da localização dessas divisões: Preti as posiciona no quadro das variedades socioculturais, enquanto Halliday propôs mais restritamente os dois tipos de variedades, as devidas aos usuários e as devidas ao uso. Na primeira, localiza-se a vertente geográfica, que diz respeito à origem do falante. Tal diferença é explicada por Preti (1994, p. 29) pelo argumento de não ser seu objetivo tratar das diferenças regionais nem rurais, mas daquelas devidas aos hábitos linguísticos de usuários de uma mesma *comunidade*, que são às vezes, diz o autor, “ditadas por diferenças de áreas urbanas (bairros)”. No item “local em que reside [o usuário] na comunidade”, Preti cita Halliday (1974), sobre a definição de dialeto, quando

afirma, segundo o linguista britânico, que ‘um dialeto é uma variedade de uma língua diferenciada de acordo com o usuário: grupos diferentes de pessoas no interior da comunidade linguística falam diferentes dialetos’.

A seguir, trataremos da passagem dessa fase dos estudos sobre a variação para a das pesquisas sobre a variação em textos orais, genericamente denominados sob a rubrica “conversação”. Antes, todavia, lembraremos alguns aspectos históricos a respeito da criação do projeto NURC.

Desde 1963, com a publicação do *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, já citado, os pesquisadores brasileiros procuravam meios científicos para investigar o problema da variação linguística. Se antes havia a *Dialetolegia*, depois de 1970, com a divulgação dos trabalhos de Labov, a alternativa para esse tipo de investigação mudou de direção e de perspectiva. Como afirmou Castilho (1990, p. 142) “o projeto NURC representa uma notável mudança de rumo dos estudos dialetológicos: deixou-se de privilegiar o falar residual de pequenas comunidades e partiu-se para a linguagem padrão das grandes comunidades urbanas”. A saída foi seguir a orientação que os espanhóis, comandados por Juan M. Lope Blanch, professor da Universidade Autónoma do México, havia sugerido no Projeto que elaborou, o *Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Línguas*, o PLEI, em 1964, para estudar as normas das grandes cidades, em substituição aos projetos dialetológicos.

Com base nisso, o Brasil passou a integrar o grande projeto interamericano, em 1968, e o professor Nelson Rossi, da Universidade Federal da Bahia, ficou encarregado de coordenar a primeira fase do Projeto, denominada “*Projeto de estudo da fala culta e sua execução no domínio da língua portuguesa*”, cujo escopo seria o estudo da fala culta de cinco capitais: Salvador, Recife, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. Em novembro de 1969, conforme relata Castilho (1990, p. 145), em reunião realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, estabeleceram-se as regras para o funciona-

mento do Projeto NURC, que seria desenvolvido nas cinco capitais brasileiras antes escolhidas.

Em São Paulo, elegeram-se como coordenadores do Projeto NURC os professores Isaac Nicolau Salum e Atralba T. de Castilho. O foco da pesquisa do projeto que surgia era o estudo da variedade culta da língua falada nas capitais por meio de documentos gravados²¹ e transcritos especialmente para tal finalidade. Depois de gravado e transcrito o material, os pesquisadores se deram conta de que não tinham referencial teórico adequado para a tarefa de interpretar o texto oral e, por essa razão, o Projeto não obteve total sucesso em sua primeira fase.

Doze anos depois, em 1982, como consequência dos estudos preparatórios para as discussões no Grupo de Trabalho "Os papéis do Projeto NURC: para uma análise não furada", e, também, por uma conjunção de outros acontecimentos, como, por exemplo, a contribuição de Luiz Antônio Marcuschi, que havia chegado da Alemanha e trazido na bagagem textos e ideias para o estudo do texto falado e escrito, os pesquisadores se reuniram para estudar, discutir e produzir pesquisas que tinham como *corpora* os materiais gravados e, a essa altura, ainda precariamente transcritos. Em 1984, em uma reunião ocorrida na UNICAMP, Marcuschi apresentou o "Projeto do Alemão Atual", de estudo da oralidade, com base no qual se estabeleceu, definitivamente, a metodologia de trabalho com o *corpus* oral, e, também, se iniciou o estudo sobre a transcrição dos dados *corpus*.

A novidade que Marcuschi trouxe da Alemanha consistiu de textos sobre a Análise da Conversação, de base etnometodológica, sobre a Linguística de Texto. Fundamentos dessas teorias, combinados, ou não, com os de outras, compuseram um cabedal de conhecimentos que impulsionou o estudo da oralidade por parte dos pesquisadores que integravam, e integram, com poucas alterações, o grupo do NURC/SP - Núcleo USP.

O primeiro passo dos pesquisadores desse Núcleo, em relação à nova teoria e consequente metodologia, foi refazer as transcrições do *corpus*, com base em princípios que impunham respeito aos elementos pragmáticos presentes nos textos resultantes de cada interação. Foram, portanto, elaboradas as *normas de transcrição* para o registro escrito do texto falado. Transcreveram-se, segundo essa metodologia, textos falados dos três gêneros, o que formou um conjunto de seis diálogos entre dois informantes, nove diálogos entre informante e documentador e seis elocuições formais.²¹ Esse conjunto de textos foi publicado em três volumes, organizados por Castilho e Preti (1987) e por Preti e Urbano (1989; 1990), e que constituiu um modelo para outros grupos do Projeto NURC no Brasil.²²

Publicadas as transcrições, os pesquisadores do NURC/SP - Núcleo USP passaram a realizar, regularmente, pesquisas com base no material transcrito. Primeiro, veio à luz um volume de estudos (PRETI, URBANO, 1990), a respeito de aspectos estruturais da conversação: turno, sobreposição de vozes e procedimentos de correção. Depois, foi criada a coleção denominada *Projetos Paralelos*, da qual faz parte este volume, e pela qual se publicam os resultados das pesquisas do grupo. Abrigado no objetivo maior do Projeto, que é o de investigar, em todos os seus aspectos, a linguagem falada culta da cidade de São Paulo, o grupo de pesquisadores se impõe, a cada fase do desenvolvimento dos trabalhos, perguntas que orientam o desenvolvimento da pesquisa. As teorias que fundamentam os artigos são, principalmente, a Análise da Conversação, a Teoria da Enun-

²¹ Referimo-nos aqui aos três gêneros escolhidos para a constituição do *corpus* do Projeto NURC: 1. Diálogos entre dois informantes (D2); 2. Diálogos entre informante e documentador (DID); e Elocuições formais (EF). Não nos alongaremos a respeito da metodologia do Projeto por entender que nosso leitor é sabedor desses fatos.

²² Esse material, antes publicado em 4 volumes impressos, hoje esgotados, encontra-se disponível na sede do Projeto NURC/SP, na forma de um CD, em que foram registrados os textos digitalizados. Ver Preti, Urbano; Leite (2002).

ciação, a Análise do discurso, a Sociolinguística interacional e Semiótica, utilizadas combinadas, em blocos de duas ou três, isoladas. O conjunto desse trabalho é publicado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, na forma de artigos. Já vieram a público dez volumes e este constitui o décimo primeiro.

Assim, este grupo do Projeto NURC/SP - Núcleo USP apresentou ao público os seguintes resultados, mostrados no quadro seguinte, em que, na coluna da esquerda, se expõem as perguntas da pesquisa que orientaram cada etapa do trabalho e, na coluna da direita, o título do livro que traz os textos dos pesquisadores.

Perguntas de pesquisa	Publicações
De que modo a teoria da Análise do Discurso contribui para o esclarecimento das questões pertinentes a características estruturais e linguísticas relativas ao texto falado?	<i>Análise de textos orais</i>
O que configura o discurso oral culto? Quais são suas características? O que caracteriza linguística e pragmaticamente a norma culta? O que caracteriza o falante culto?	<i>O discurso oral culto</i>
Quais são as fronteiras entre o discurso oral e o escrito? Quais são os procedimentos cognitivos implicados na realização do discurso oral? Que aspectos sociolinguísticos são revelados na interação verbal?	<i>Estudos de língua falada: variações e confrontos</i>
Quais são as características dos gêneros discursivos intermediários entre a fala e a escrita? Que estratégias discursivas estão presentes tanto em textos falados quanto em escritos? Que repercussão as normas da língua falada exercem na norma prescritiva?	<i>Fala e escrita em questão</i>
Que repercussão a intencionalidade exerce no texto, falado ou escrito? Que aproveitamento de aspectos típicos da interação oral há no texto escrito?	<i>Interação na fala e na escrita</i>
De que modo as transformações sociais ficam marcadas no léxico? De que modo o léxico reflete a variação dos gêneros discursivos? Qual a relação do léxico com a organização estrutural da conversação?	<i>Léxico na língua oral e na escrita</i>
De que estratégias discursivas e cognitivas os falantes se servem durante o diálogo? Que fatores podem desencadear mal-entendidos entre interlocutores? Como o discurso espontâneo se manifesta nas interações características do diálogo ocorrido entre professores e alunos? Como a conversação é representada em textos literários?	<i>Diálogos na fala e na escrita</i>
Que se pode entender por oralidade? Como os textos escritos assimilam marcas de oralidade e que efeitos de sentido essas marcas constroem? Como a oralidade se manifesta em textos jornalísticos?	<i>Oralidade em diferentes discursos</i>
Quais as origens da cortesia e como ela se tem manifestado em textos resultantes de interação oral e escrita? Que características tem a cortesia nos diferentes gêneros discursivos?	<i>Cortesia verbal</i>
Textos falados e escritos têm a mesma gramática? Como se relacionam os conceitos de oralidade e linguagem popular? Que efeitos de sentido cria a oralidade nos textos escritos?	<i>Oralidade em textos escritos</i>
Em que dimensões da linguagem o termo <i>variação</i> se aplica, e que efeitos tem nos diversos gêneros discursivos?	<i>Variação na linguagem</i>

Esse excuroso pela história do Projeto NURC/SP - Núcleo USP revela como se desenvolveu a pesquisa realizada por seus investigadores, por meio da exploração de temas sempre relacionados à oralidade e, aliada a ela, à variação. Questões de variação, depender do objetivo do trabalho, são tratadas explicitamente, o ficam, todavia, implícitas, mas nunca ausentes nem inexistentes, que inerentes à linguagem e vivas na oralidade.

Considerações finais

Como se procurou mostrar, desde os primeiros trabalhos de dialetologia, no século XIX, observava-se que os linguistas perceberam e perseguiram a diversidade linguística. Ao longo do tempo, vem se descortinar a busca da metodologia adequada à apreensão explicação da variação e da mudança linguísticas.

A apresentação feita visou a mostrar que os trabalhos de dialetologia são mais comprovativos e menos interpretativos, já que o objetivo de atlas e mapas linguísticos é descrever, sem interpretar características linguísticas (fonéticas e léxicas) existentes no material coletado em cada região. Tais trabalhos são informativos e constituem fontes de dados importantes para o prosseguimento de investigações sociolinguísticas. Os mapas linguísticos de diversas regiões do Brasil, os já publicados e os em vias de publicação, revelam avanço da pesquisa brasileira nessa área, além de representar a superação do obstáculo do gigantismo do território nacional.

As pesquisas sociolinguísticas, por sua vez, combinam observação e comprovação por acumulação de dados, e interpretação quantitativa, realizadas por meio do cruzamento de informações sociolinguísticas, cujos valores são definidos estatisticamente. Os trabalhos de inspiração puramente variacionista recaem predominantemente sobre a fonologia/fonética e a morfosintaxe e o aspecto socioteórico e metodologicamente tão relevante, parece, na prática, ficar acantonado no controle das variáveis linguísticas sem ter rep

cussão para o funcionamento da língua e o sentido de cada fenômeno estudado. Esse tipo de pesquisa, como comentamos, termina por ser uma espécie de "dialetologia urbana", como Labov assumiu ser o trabalho que o levou à publicação do *Atlas of North American English*.

Os trabalhos funcionalistas trazem interpretações da variação linguística como resultante de fatores devidos propriamente ao indivíduo e ao contexto de comunicação em que ele se insere, considerando as escolhas feitas pelos falantes na construção de seus textos. Tudo isso tem resultados que dizem respeito a aspectos da gramática na interface com a semântica e a pragmática.

Os trabalhos resultantes das teorias do discurso são, sob o ponto de vista da explicação do funcionamento da língua, mais abrangentes, pois trazem uma análise do objeto, no caso o texto oral ou escrito, interpretado a partir das escolhas linguísticas do falante e das condições de produção do texto. Desse modo, o olhar sobre o fenômeno da variação é multifacetado e considerado sob a perspectiva do texto e do discurso. Mesmo assim, os resultados das pesquisas funcionalistas são mais voltados para a explicação da gramática da língua e de como ela funciona no texto e no discurso.

As pesquisas realizadas no seio do Projeto NURC/SP - Núcleo USP, objetivam explicar de modo global o fenômeno da linguagem, interpretando a língua com base em fundamentos linguísticos, embora apoiados por teorias sociológicas, psicolinguísticas, interacionistas, semióticas e discursivas, entendidas essas de modo o mais amplo possível. Desse modo, é possível não somente observar e comprovar o fenômeno da variação, mas também compreendê-lo como o resultado de uma complexidade de outros fatores.

Em comum, todas essas orientações têm o fato de considerar a língua como um fato social, passível de variar no tempo e no espaço. Quanto aos fatores que levam a língua à variação/mudança e, também, quanto à interpretação da variação, as teorias são, se não divergentes, diferentes.

Referências bibliográficas

- ATCHISON, J. (1991). *Language change: progress or decay?* 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press. [1990]
- AUROUX, S. (2008). *A questão da origem das línguas segundo de historicidade das ciências*. Trad. do francês por Mariângela Joaquina, Campinas, RG, [2007]
- BRAGA, M. L. et alii. (1991). Results of an integrated sociolinguistic study. In: MATOS, F. G. de; BORTONI, S. M.; FISHMAN, J. (Ed.). *International journal of the sociology of language – Sociolinguistics in Brazil*. Berlin: Mouton, p. 153-74.
- CAMARA JR., J. M. (1976). *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.
- CARDOSO, S. A. (2001). *Dialectologia: trilhas seguídas, caminhos a perseguir*. In: D.E.L.T.A., vol. 17, n. esp., p. 25-44.
- CARDOSO, S. A.; FERREIRA, C. (1994). *A dialetologia no Brasil: metodologia do trabalho dialletal, inquérito lingüístico e atlas dialetológico; regionalismos léxicos*. São Paulo: Contexto.
- CASTILHO, A. T. de; PRETI, D. (Org.) (1987). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. vol. 2. São Paulo: T. A. Queiroz; Fapesp.
- CASTILHO, A. T. de (1990). O português culto falado no Brasil (história do Projeto NURC/BR) In: PRETI, D.; URBANO, H. (Org.) (1990). In: *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: estudos*. vol. 4. São Paulo: T. A. Queiroz; Fapesp.
- _____. (Org.) (1990a). *Gramática do português falado*. vol. 1. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp.
- CUNHA, C. (1981). *Língua, nação, alienação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FELGUEIRAS, C. M. (1993). *Análise da variação no uso da preposição para*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, inédito.
- FIORETTI, M. T. G. (1996). *Alternância no uso dos verbos existenciais em português*. Rio de Janeiro, UFRJ, Dissertação de Mestrado, inédito.
- FRAZER, J. G. (1978). Prefácio. In: *Os pensadores: Bonislaw Malinowski. Argonautas do pacífico ocidental*. Trad. Anton P. Carr et al. 2. ed. São Paulo: Abril.
- GOMES, C. A. (1996). *Aquisição e perda de preposições no português do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de doutorado, inédito.
- GONÇALVES, C. A. V. (1993). *Afêrese e prótese: verso e reverso morfológico*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, inédito.
- GUY, G. R.; ZILLES, A. (2007). *Sociolinguística quantitativa – instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial.
- HALLIDAY, M. A. K. (1976). Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, J. (Org.). *Novos horizontes em linguística*. Trad. do inglês por Geraldo Cintra et al. São Paulo: Cultrix/EDUSP. [1970]
- HOLM, J. (1987). Creole influence on Vernacular Brazilian Portuguese. In: GLENN, G. (Ed.). *Pidgin and Creole Languages*. Honolulu: University of Hawaii Press, p. 406-429.
- _____. (1992a). Popular Brazilian Portuguese: a semi-creole. In: D'ANDRADE; KLIM (Org). *Actas do Colóquio sobre crioulos de base lexical portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, p. 37-66.
- _____. (1992b). *A semi-crioulização do português vernáculo do Brasil: Evidência de contacto nas expressões idiomáticas*. *Papia* 3, 2. p. 51-61.
- _____. (2000). *An introduction to pidgins and creoles*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (2004). *Languages in contact: the partial restructuring of vernaculars*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HONEYBONE, P. (2005). John Firth. In: CHAPMAN, S.; ROUTLEDGED, C. *Key thinkers in linguistics and the philosophy of language*. Oxford: Oxford University Press. (Artigo disponível em: www.english.ox.ac.uk/people/firth.pdf).
- LABOV, W. (1972). *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press.
- _____. (1994). *The study of change in progress: observations in apparent time*. Oxford: Blackwell.
- _____. (2001). *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell.
- LEITE, M. Q.; BARROS, D. L. P. de; SILVA, L. A. da (2010). *A Análise da Conversação no Grupo de Trabalho Linguística de Texto e Análise da Conversação da ANPOL*. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (2010). *Linguística de texto e análise da conversação*. São Paulo: Contexto.

- LIMA, J. D'Arc de M. (1992). *Difusão lexical na vibrante final*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, inédito.
- LUCCHESE, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.) (2009). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUEBA.
- MALINOWSKI, B. K. (1923). The problem of meaning in primitive languages. In: *The meaning of meaning: a study of influence of language upon thought and of the science of symbolism*. C. K. Ogden and I. A. Richards. New York: Harcourt, Brace and World, p. 296-336.
- _____. (1978). *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. Prefácio de Sir James George Frazer. Trad. do inglês por Anton P. Carr e Lígia A. C. Mendonça. 2. ed. São Paulo: Abril. Col. Os Pensadores.
- MATTOS, P. B.; MOLLICA, M. C. de (1989). *Dois processos de assimilação fonológica no português falado semi-spontâneo do Rio de Janeiro*. Relatório final do projeto "Mecanismos funcionais do uso da língua". Rio de Janeiro: UFRJ, inédito.
- _____. (1992). Pela conjugação das abordagens variacionista e difusionista. In: *Revista de estudos da linguagem*, 1. Belo Horizonte: UFMG, p. 53-64.
- McMAHON, A. (1996). *Understanding language change*. 2nd reprint. Cambridge: Cambridge University Press. [1994]
- MOLLICA, M. C. de M.; PAIVA, M. da C. (1991). Restrições estruturais atuando na relação entre [l] > [r] e [r] > 0 em grupos consonantais em português. In: *Boletim da ABRALIN*, 11(1). Campinas, SP, UNICAMP, p. 181-9.
- _____. (1993). Grupos consonantais: da gênese ao português contemporâneo. In: *Terceira margem*, 1. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, p. 136-40.
- MOLLICA, M. C. de M.; RONCARATI, C. N. (2001). Questões teórico-descriptivas em sociolinguística e em sociolinguística aplicada e uma proposta de agenda de trabalho. In: *DEL.T.A.*, 17: ESPECIAL, 2001, p. 45-55.
- MOLLICA, M. C. de M. (1989a). *Queísmo e Dequeísmo em português*. Rio de Janeiro, UFRJ, Tese de Doutorado, inédito.
- _____. (1991a). (De) queísmo: variação em conexões intersentenciais. In: *Organon*, 18 (5). *A variação no português do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS - Instituto de Letras, p. 37-51.
- _____. (1991b). Processing and morpho-semantic effects in complementation in Brazilian Portuguese. In: *Language Variation and Change*, 3 (3). Cambridge University Press, p. 265-74.
- _____. (1995a). (De) que falamos? Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. (1996a). Disfluencies in the Analysis of Speech Data. In: *Language Change and Variation and Change*, 8. Cambridge University Press, p. 1-12.
- _____. (1993). Sobre as origens do Português popular do Brasil. In: *DEL.T.A.*, vol. 9, n. esp., p. 437-54.
- NEVES, M. H. de M. (1997). *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1999). Estudos funcionalistas no Brasil. In: *DEL.T.A.* [online]. vol. 15, n. esp., p. 72-104. (Artigo disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-445019990003000004&lng=en&nrm=iso>).
- _____. (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP.
- _____. (2002). *A gramática: história, teoria e análise*, ensino. São Paulo: Editora UNESP.
- _____. (2003). *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa*. São Paulo: Contexto.
- OLIVEIRA, P. D. (2006). O Atlas linguístico de Mato Grosso do Sul. In: *SIGNUM: Estud. Ling.*, Londrina, n. 9/2, p. 169-83, dez.
- OMENA, N. P. de. (1987). A alternância entre nós e a gente na função de sujeito. In: *Estudos linguísticos - Anais de seminários do GEL*, XIV. Campinas, SP, UNICAMP, p. 94-105.
- _____. (1996). A referência variável da primeira pessoa do discurso no plural. In: SILVA, G. M. de O. e; SCHERRE, M. M. P. (Org.). *Padrões Sociolinguísticos - Análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 183-215.
- PAIVA, M. da C. (1996a). A supressão das semivogais nos ditongos decrescentes. In: SILVA, G. M. de O. e; SCHERRE, M. M. P. (Org.) *Padrões sociolinguísticos - análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 217-36.

- PINTO, I. I. (1996). *A variação entre tudo e todol(a)s no português informal carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, inédito.
- PRETI, D.; URBANO, H. (Org.) (1989). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*, vol. 3. São Paulo: T. A. Queiroz; Fapesp, _____. (Org.) (1990). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: estudos*, vol. 4. São Paulo: T. A. Queiroz; Fapesp.
- PRETI, D.; URBANO, H.; LEITE, M. Q. (2002). Documentação eletrônica organizada pelo Projeto NURC/SP - Núcleo USP.
- SAUSSURE, F. (1985). *Curso de linguística geral*. Org. por Charles Bally e Albert Sechehaye. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Pires e Itidoro Blikstein. Prefácio à ed. brasileira por Isaac Nicolau Salum. 12. ed. São Paulo: Cultrix. 11. ed. francesa de 1916]
- _____. (2004). *Escritos de linguística geral*. Org. e ed. por Simon Bouquet e Rudolf Engler, com colaboração de Antoinette Weil. Trad. do francês por Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix. [2002]
- SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. (1993). Duas dimensões do paralelismo formal na concordância de número no português popular do Brasil. In: *DELTA*, 9 (1), p. 1-14.
- _____. (1997). A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, D. da (Org.). *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, p. 93-114.
- SCHERRE, M. M. P.; MACEDO, A. T. de (1989). Variação e Mudança: o Caso do S pos-vocalico. In: *ABRALIN - Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, 11, Campinas, SP, Unicamp, p. 165-80.
- _____. (1996). Phonetic and lexical effects: post-vocalic S in Rio de Janeiro Portuguese. Comunicação apresentada no 25 New Ways of Analyzing Variation (NWAVE). Las Vegas: University of Nevada.
- SCHERRE, M. M. P. (1988). *Ramalhas da concordância de número em português*. Rio de Janeiro, UFRJ, Tese de Doutorado, inédito.
- _____. (1989). Sobre a saliência fônica na concordância nominal em português. In: TARALLO, F. (Org.). *Fotografias Sociolinguísticas*. São Paulo: Pontes, p. 301-32.

- _____. (1991). A Concordância de número nos predicativos e participios passivos. In: *Organon*, 18 (5) - *A variação no português do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS - Instituto de Letras, p. 52-70.
- _____. (1994). Aspectos da concordância de número no português do Brasil. In: *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP)*, 12. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa, p. 37-49.
- _____. (1996a). Sobre a influência de três variáveis relacionadas na concordância nominal em português. In: SILVA, G. M. de O. e; SCHERRE, M. M. P. (Orgs.). *Padrões Sociolinguísticos - Análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 85-117.
- _____. (1997). Concordância nominal e funcionalismo. In: *Alfa*, 41 (n. esp.). São Paulo: UNESP, p. 181-206.
- _____. (1998). Variação da concordância nominal no português do Brasil: influência das variáveis posição, classe gramatical e marcas precedentes. In: GROBE, S.; ZIMMERMANN, K. (Ed.). *Standard and mudança linguística no português do Brasil*. Frankfurt am Main: TFM, p. 153-89.
- SILVA, G. M. de O. (1991). Um caso de definitude. In: *Organon*, 18 (5) - *A variação no português do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS - Instituto de Letras, p. 90-108.
- SILVA, G. M. de O. e; SCHERRE, M. M. P. (1996) (Org.). *Padrões sociolinguísticos - análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- SILVA, G. M. de O. e; VOTRE, S. J. (1991). Estudos sociolinguísticos no Rio de Janeiro. In: *DELTA*, 7(1), p. 357-76.
- SILVA, G. M. de O. et alii (1996). Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. *Gramática do português falado*, VI: *Desenvolvementos*. São Paulo: UNICAMP/FAPESP, p. 21-94.
- SILVA, G. M. de O. (1996b). Errores do possessivo seu na terceira pessoa. In: SILVA, G. M. de O. e; SCHERRE, M. M. P. (Orgs.) *Padrões sociolinguísticos - análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 168-81.
- _____. (1996c). Realização facultativa do artigo definido diante de possessivos e patronímicos. In: SILVA, G. M. de O. e; SCHERRE, M. M. P.

- (Orgs.). *Padrões sociolinguísticos – análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 119-45.
- TARALLO, F.; ALKMIN, T. (1987). *Falares Crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Ática.
- TARALLO, F. (Org.) (1989). *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas, SP: Pontes – Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- _____. (1991). Debate a Oliveira e Silva e Votre. In: *D.E.L.T.A.*, 7(1), p. 377-93.
- _____. (1996). Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica – homenagem a Fernando Tarallo*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 69-105. Coleção Repertórios.
- VANDRESEN, P. (2000). A pesquisa sociolinguística no Brasil – uma retrospectiva dos últimos 25 anos. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCÖNBERGER, A. (Ed.). *Estudos de sociolinguística brasileira e portuguesa*. vol. 15. Frankfurt am main: TFM, p. 15-39. Biblioteca luso-brasileira.
- VOTRE, S. J.; NARO, A. J. (1989). Mecanismos funcionais do uso da língua. In: *D.E.L.T.A.*, 5(2), p. 169-84.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. (1968). Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Directions for historical linguistics*. Austin: U. of Texas Press, p. 97-195.

Atlas Linguísticos

- ROSSI, Nelson. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: INL, 1963.
- ZÁGARI, Roberto L. et al. *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; BEZERRA DE MENEZES, Cleusa P. *Atlas Linguístico da Paraíba*. vol. 1 e 2. Brasília: UFPP/CNPq, Coordenação Editorial, 1984.
- FERRERA, Carlota et al. *Atlas Linguístico de Sergipe*. Salvador: UFBA - Instituto de Letras/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.

- AGUIEIRA, Vanderci de Andrade. *Atlas Linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.
- KOCH, Walter; KLASSMANN, Mário Silfredo; ALTENHOFEN, Cléo. *Atlas Linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil*. vol. 1 e 2. Porto Alegre/ Florianópolis/ Curitiba: Ed. UFRGS/Ed. UFSC/Ed. UFPR, 2002.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva. *Atlas Linguístico de Sergipe - II*. Rio de Janeiro: S. A. M. da S. Cardoso, 2002. 2. v.